

F - 1399



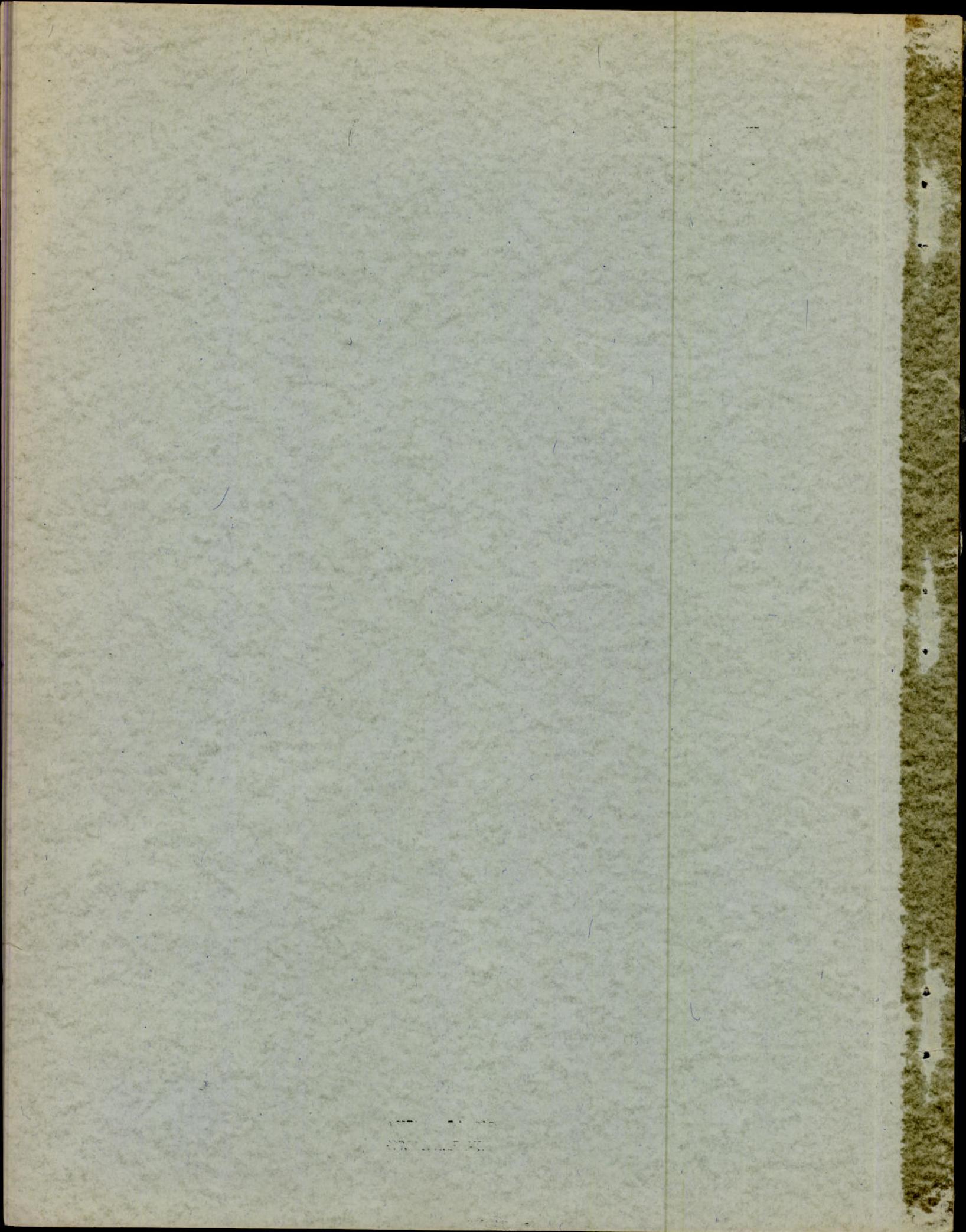
BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ECONÔMICOS

SÉRIE II
DOC.01/69

ASPECTOS DA INDÚSTRIA BRASILEIRA DE MANUFATURAS
DE JUTA/MALVA

RIO DE JANEIRO
FEVEREIRO 1969

ENDR
023/5



BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ECONÔMICOS



SÉRIE II
DOC.01/69

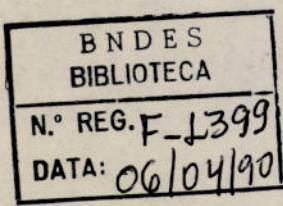
ASPECTOS DA INDÚSTRIA BRASILEIRA DE MANUFATURAS DE JUTA/MALVA

Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, Rio de Janeiro. Departamento de Estudos Econômicos.
Aspectos da Indústria Brasileira de Manufaturas de Juta/Malva. Rio de Janeiro, fevereiro de 1969
56 p. 27cm. (Série II.01/69)

1. Juta. 2. Amazônas - Manufaturas.
3. Fibras sintéticas. I. Série II.
Título.

338.47

633,54



A INDÚSTRIA BRASILEIRA DE MANUFATURAS DE JUTA/MALVA

<u>ÍNDICE</u>		<u>Página</u>
1. APRESENTAÇÃO		
2. LOCALIZAÇÃO DA INDÚSTRIA	-	4
3. AS FIBRAS DURAS E A ECONOMIA DA AMAZÔNIA	-	6
4. O MERCADO DE MANUFATURAS DE JUTA/MALVA E O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA JUTEIRA	-	10
4.1 - <u>Situação e Perspectivas do Parque Juteiro</u>		
4.1.1 - Situação no final de 1967	-	10
4.1.2 - Expansão do parque industrial	-	12
4.2 - <u>Observações sobre o Consumo Interno</u>	-	15
4.3 - <u>Mercado de Exportação</u>	-	19
4.4 - <u>Balanço de Consumo e Oferta</u>	-	22
5. A COMPETIÇÃO DAS FIBRAS SINTÉTICAS	-	27
6. POSIÇÃO DO BNDE EM RELAÇÃO AO SETOR	-	33

ANEXOS

I - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO BRASILEIRA DE JUTA EM BRUTO	-	35
II - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO BRASILEIRA DE GUAXIMA E MALVA - 1942/66	-	36
III - PRODUÇÃO MÉDIA DE JUTA POR HECTARE - 1952/66	-	37
IV - EVOLUÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE JUTA E SUAS MANUFATURAS - 1942/67	-	38
V - VALOR DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DO SETOR PRIMÁRIO - 1960/66	-	39

Página

VI - AMAZONAS: VALOR DAS EXPORTAÇÕES NO COMÉRCIO DE CABOTAGEM 1960/65	-	40
VII - PARÁ - VALOR DAS EXPORTAÇÕES NO COMÉRCIO DE CABOTAGEM 1960/65	-	41
VIII - INDÚSTRIA BRASILEIRA DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE JUTA/MALVA - Situação em 31/12/67	-	42/43
IX - FABRICANTES DE MANUFATURAS DE JUTA/MALVA QUE PARALISARAM SUAS ATIVIDADES - Situação em 31/12/67	-	44
X - NÚMERO DE TEARES INSTALADOS NA INDÚSTRIA TÊXTIL DE JUTA/MALVA, SEGUNDO O TIPO E A DATA DE INSTALAÇÃO - 1967	-	45
XI - CAPACIDADE DE PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA TÊXTIL DE JUTA/MALVA SEGUNDO A IDADE DOS TEARES INSTALADOS - 1967	-	46
XII - CAPACIDADE INSTALADA E NÚMERO DE TEARES DAS FÁBRICAS DE MANUFATURAS DE JUTA/MALVA PARALISADAS - Situação em 31/12/67	-	47
XIII - EVOLUÇÃO PREVISTA DA CAPACIDADE DE PRODUÇÃO INSTALADA DA INDÚSTRIA DE JUTA/MALVA, SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO - 1967/1971	-	48
XIV - PREVISÃO DA CAPACIDADE DE PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA TÊXTIL DE JUTA/MALVA, SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO E A IDADE DOS EQUIPAMENTOS (TEARES) INSTALADOS - 1968	-	49
XV - PREVISÃO DA CAPACIDADE DE PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA TÊXTIL DE JUTA/MALVA, SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO E A IDADE DOS EQUIPAMENTOS (TEARES) INSTALADOS - 1969	-	50
XVI - PREVISÃO DA CAPACIDADE DE PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA TÊXTIL DE JUTA/MALVA, SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO E A IDADE DOS EQUIPAMENTOS (TEARES) INSTALADOS - 1970/1971	-	51
XVII - PREVISÃO DO NÚMERO DE TEARES INSTALADOS NA INDÚSTRIA TÊXTIL DE JUTA/MALVA, SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO, TIPOS E IDADE - 1968	-	52
XVIII - PREVISÃO DO NÚMERO DE TEARES INSTALADOS NA INDÚSTRIA TÊXTIL DE JUTA/MALVA, SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO, TIPOS E IDADE - 1969	-	53
XIX - CONSUMO APARENTE NACIONAL DE JUTA E MALVA EM BRUTO 1942/1967	-	54
XX - EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE JUTA E SUAS MANUFATURAS 1942/1967 - Toneladas	-	55
XXI - BNDE - OPERAÇÕES DE CRÉDITO APROVADAS NO SETOR DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE JUTA/MALVA - Situação em 31/12/67	-	56

1. APRESENTAÇÃO

Através do Memo DS-45/67, de 21 de junho de 1967, o Sr. Diretor Superintendente determinou a constituição, no âmbito do atual Departamento de Estudos Econômicos, de um Grupo de Trabalho para realizar estudo sobre o setor de fiação e tecelagem de juta/malva, com o objetivo de verificar a validade dos dados disponíveis sobre o respectivo mercado, bem assim de proporcionar à Administração do Banco elementos que possibilitem definir a política de financiamento do BNDE em relação ao referido Setor.

Por sugestão do Sr. Diretor Superintendente, o estudo deveria levar em conta, entre outros, os seguintes aspectos principais:

- "a) - a Região Amazônica é aquela que apresenta as melhores condições econômicas à industrialização da fibra de juta e/ou malva;
- b) - as oportunidades de investimento na Região Norte ainda são bastante limitadas, cabendo à juta papel de destaque, pois representa o principal fator de desenvolvimento regional;
- c) - em face da conjuntura nacional, novos empreendimentos não devem ser localizados fora da Região Amazônica, devendo a colaboração do Banco fora dessa Região limitar-se a programas de reequipamento;
- d) - o aumento da demanda poderá, eventualmente, justificar a expansão das fábricas existentes ou implantação de novas unidades localizadas na Região Amazônica;
- e) - o levantamento dos dados efetivos de produção da fibra e das fábricas de juta em operação no País nos últimos 5 anos e suas perspectivas futuras;
- f) - as possibilidades de o polipropileno tornar-se mais um concorrente da fibra de juta, dentro das condições e perspectivas nacionais;
- g) - examinar a questão do desfibramento da juta na própria unidade de industrialização".

Dando execução às tarefas que lhe foram cometidas, o Grupo de Trabalho deu início ao levantamento de dados e informações diversas, preparando minucioso questionário para coleta de informações diretamente junto aos fabricantes, o qual foi encaminhado a 29 empresas têxteis do setor de juta/malva.

Com referência ao citado questionário - que se supunha poder oferecer, a curto prazo, elementos básicos e completos para a elaboração de amplo estudo sobre o Setor - há que destacar os seguintes aspectos negativos:

- a) de um modo geral, as empresas demoraram em devolver o questionário preenchido ao Banco;
- b) diversas empresas deixaram de respondê-lo em virtude de paralização recente de suas atividades fabris;
- c) grandes organizações do Setor, principalmente as localizadas na Amazônia (inclusive mutuários do Banco), não ofereceram a colaboração solicitada, deixando de dar qualquer resposta ao questionário-básico;
- d) em vários casos, as respostas dadas foram incompletas ou deficientes, não permitindo agregações posteriores.

Pelas razões anteriores, o relativo insucesso da coleta de informações através do questionário distribuído, não permitindo a agregação dos dados parciais com a amplitude pretendida, praticamente invalidou a pesquisa em diversos sentidos, não dando ensejo a que se pudesse estender o estudo a maior número de enfoques sobre o Setor da indústria de juta/malva, conforme havia sido delineado no roteiro preliminar para o relatório final.

Outro ponto a ser ressaltado nesta parte introdutória diz respeito à amplitude do presente relatório. Conforme referido, a diretriz inicial do GT era a de preparar um relatório bastante detalhado, cobrindo os aspectos principais vinculados ao Setor da juta/malva, desde o seu cultivo até a industrialização dessa fibra e de suas similares e/ou concorrentes.

Posteriormente, com o andamento dos trabalhos, aquela diretriz deixou de ter validade para os fins do estudo do GT, tendo-se em vista as seguintes razões principais:

- a) - o GT considerou que as indagações e observações formuladas no Memo da Superintendência representavam, na realidade, os aspectos de maior significação do ponto de vista do BNDE, para os fins desejados;
- b) - com a instituição de um GT interministerial, de âmbito e com finalidades mais amplas e do qual, inclusive, participou representante do BNDE, tornou-se dispensável a abordagem de vários aspectos que se pretendia examinar no estudo do GT interno, em especial no que tange à política do Governo com respeito à juticultura, industrialização e comércio de manufaturas etc.;
- c) - o relativo insucesso do levantamento de informações através do questionário-básico, alia - do à sobrecarga de outras tarefas atribuídas aos membros do GT, desaconselharam fôsse dada maior extensão ao estudo inicialmente sugerido.

Nessas condições, partindo das observações e indagações formuladas pela própria Superintendência, o GT passa a alinhar, em seguida, os resultados de sua pesquisa, cujas conclusões permitiram fornecer à Administração Superior subsídios quanto à política de colaboração financeira do BNDE ao parque juteiro nacional.

2. LOCALIZAÇÃO DA INDÚSTRIA

A análise das vantagens locacionais da indústria juteira revela, de imediato, que, nas condições atuais, a Região Amazônica é aquela que oferece melhor situação para a localização do parque ligado à industrialização de juta/malva.

A única vantagem que se poderia alinhar em favor da localização desse ramo de indústria na Região Centro-Sul do País diz respeito à proximidade dos principais centros de consumo de manufaturas de juta/malva. Essa vantagem, todavia, não se mostra substancial no sentido de alterar a posição vantajosa da Amazônia.

Relativamente à Região Amazônica, poderiam ser anotadas diversas vantagens locacionais ponderáveis, entre as quais conviria destacar as seguintes:

a) - conforme registrado nos ANEXOS I, II e III, a totalidade da produção brasileira de juta está concentrada na Amazônia; cabendo 71% da produção ao Estado do Amazonas e 29% ao Estado do Pará, de acordo com as estatísticas oficiais para 1966. Por sua parte, a produção de malva/guaxima acha-se preponderantemente concentrada no Estado do Pará - 90% do total nacional em 1966 - restando pequena participação para o Maranhão, Minas Gerais e Acre. A proximidade das fontes de produção das fibras constitui vantagem significativa, principalmente se forem levados em consideração os seguintes pontos :

- i) maior facilidade de suprimento de matéria-prima pela utilização apenas do transporte fluvial;
- ii) vantagens de comercialização direta, evitando-se a elevação de preços decorrentes da atuação de intermediários ou de agentes compradores;
- iii) desnecessidade de prensagem das fibras (necessária no caso do transporte a longa distância, para as fábricas do Centro Sul e Nordeste), reduzindo-se os respectivos custos;

- iv) facilidades no sentido da escolha e da aquisição, junto aos produtores e comerciantes, de fibras de qualidade superior, restando ao industrial centro sulino ou nordestino a alternativa de ficar com as fibras de qualidade inferior ou, então, de pagar mais caro pelas melhores fibras;
 - v) o suprimento de produtos acabados do centro-sul poderá ser realizado com redução do número de transbordos até o consumidor final.
- b) - o industrial-prensador localizado na Amazônia, que produz e/ou adquire fibras e realiza as operações de prensagem, seja para uso próprio, seja para revenda, tem a vantagem adicional de poder contar com maiores facilidades de financiamento de matéria-prima concedidos pelo Banco do Brasil/CREAI;
- c) - os variados incentivos fiscais e creditícios a tribuídos pelo Governo Federal, dos Estados e Municípios a empreendimentos industriais situados na Amazônia representam fator ponderável a considerar em relação ao aspecto locacional, visto que tais incentivos praticamente inexistem na Região Centro-Sul. No caso específico de Manaus, dada a sua condição de Zona Franca, ainda há que considerar a isenção do IPI sobre o artigo manufaturado, concedida a través da legislação específica da SUFRAMA .

3. AS FIBRAS DURAS E A ECONOMIA DA AMAZÔNIA

A cultura da juta, tentada inicialmente em São Paulo, teve seu cultivo, em bases racionais, começado em Parintins, Estado do Amazonas, em 1934, quando imigrantes japoneses conseguiram adaptar espécie da planta importada às condições climáticas das várzeas do rio Amazonas, em muito semelhantes às existentes na bacia do Ganges-Brama-putra, Índia-Paquistão.

A partir daquela data, inicialmente para multiplicação das sementes e, mais tarde, pelo plantio em caráter comercial, expandiu-se o cultivo da juta em outras áreas dos Estados do Amazonas e do Pará, apresentando, resultados crescentemente favoráveis, tendo-se alcançado a auto-suficiência desde 1953, como mostra o quadro do ANEXO IV.

De sua parte, a malva ou guaxima, em estado nativo já era conhecida desde muito tempo, particularmente no Pará, constituindo-se em verdadeira praga invasora dos solos recém-desbravados.

Dadas as características e situação da economia agrícola regional, sobressaindo-se o extrativismo vegetal de um lado e apresentando-se a agricultura ainda em condições incipientes e com importância secundária, tanto a juticultura quanto a exploração da malva/guaxima ostentam posição de relevo no conjunto da atividade rural da Amazônia e na consequente formação da renda agrícola regional.

Com o objetivo de permitir melhor visualização acerca da importância da produção de fibras duras, o quadro do ANEXO V especifica, para os Estados do Amazonas e do Pará, o valor da respectiva produção de fibras no período 1960/1966, em confronto com o valor da produção de outros produtos importantes na atividade primária estadual, como sejam: borrachas, castanha-do-pará, arroz, feijão, mandioca, milho, pimenta-do-reino, leite, carne, bovina e pescado.

Em relação ao Estado do Amazonas, verifica-se que no biênio 1965/66 o valor da produção de juta correspondeu a 31% do valor total dos produtos selecionados. A seu turno, no caso do Pará, a participação da juta e malva/guaxima somou 14% do valor total verificado em 1966.

Outros indicadores da importância das fibras duras para a economia da Amazônia podem ser apreciados nas tabelas dos ANEXOS VI e VII, onde estão registrados os dados referentes às exportações dos Estados do Amazonas e do Pará através da navegação de cabotagem, especificando-se os produtos de maior importância.

cia em termos de valor. Pode-se observar que as exportações de juta e malva/guaximá respondem por parcelas expressivas do comércio de exportação daqueles Estados, especialmente no caso do Amazonas.

Não obstante seja patente a significação que a exploração e industrialização das fibras duras revela para o conjunto da economia da Amazônia, em especial no que se refere ao seu papel como fator de desenvolvimento regional, deve ser ressaltado, todavia, que, nas condições atuais, outras atividades econômicas estão assumindo crescente importância no que tange a oportunidade de investimentos na Região, graças, principalmente, à política de incentivos governamentais visando o aceleramento do desenvolvimento da Amazônia.

Essa situação está coerente com as possibilidades presentes na Região para o desenvolvimento de variada gama de outras atividades industriais ou agroindustriais, sendo de referir, igualmente, que as limitações da juticultura regional, e do próprio mercado interno de manufaturas não favorecem a ampliação, em maior escala, da indústria regional de manufaturas de juta/malva, conforme será visto a seguir.

Alguns dados transcritos em seguida evidenciam claramente que outras oportunidades de investimento estão sendo criadas e aproveitadas na Região. Assim é que, com base em informações divulgadas pela SUDAM, verifica-se que até 23.11.1967 a SPVEA/SUDAM haviam aprovado 107 projetos de empreendimentos que procuram se beneficiar dos incentivos fiscais concedidos pelo Governo, totalizando inversões globais no montante de Ncr\$..... 515,5 milhões. Esses projetos assim se discriminam de acordo com os setores a que estão vinculados :

PROJETOS APROVADOS PELA SPVEA/SUDAM

ATE 23.11.1967

Setores	Inversões Programadas		
	Nº	Ncr\$ 1.000	%
Agropecuária	42	274.045	53,2
Têxteis e fibras	11	67.119	13,0
Beneficiamento de madeira	8	39.585	7,7
Mineração e metalurgia	6	23.174	4,5
Óleos vegetais	16	18.595	3,6
Alimentação	6	2.349	0,5
Diversos - indústria	18	90.586	17,5
TOTAL	107	515.453	100,0

A distribuição desses projetos e respectivos investimentos por Unidades da Amazônia, assim se apresentavam:

PROJETOS APROVADOS PELA SPVEA/SUDAN ATÉ 23.11.67

UNIDADES	INVESTIMENTOS PROGRAMADOS (NCR\$ 1.000)					
	Nº	RECURSOS PRÓPRIOS	OUTROS	LEI 5174	TOTAL	%
Rondônia	2	269	26	765	1.060	0,2
Acre	-	-	-	-	-	-
Amazonas	8	7.850	5.876	19.618	33.344	6,5
Roraima	-	-	-	-	-	-
Pará	50	80.341	35.510	135.084	250.935	48,7
Amapá	2	3.155	5.262	8.078	16.495	3,2
Maranhão	14	6.239	1.389	12.255	19.883	3,9
Goiás	6	4.235	300	11.665	16.200	3,1
Mato Grosso	25	48.679	1.514	127.343	177.536	34,4
Total	107	150.768	49.877	314.808	515.453	100,0

FONTE : SUDAM

Outros elementos informativos divulgados na revista "Indústria e Produtividade", *) da Confederação Nacional da Indústria, permitem avaliar o vulto crescente de oportunidades de investimento propiciadas pelos incentivos governamentais. De acordo com dados do Banco da Amazônia S.A., transcritos na citada revista, os investimentos em projetos industriais aprovados, localizados no Estado do Amazonas, somavam Ncr\$ 515 mil entre junho de 1966 e fevereiro de 1967, ou seja, anteriormente à criação da Zona Franca de Manaus. Já no período decorrido de março a dezembro de 1967, depois de criada a Zona Franca, foram aprovados projetos industriais totalizando Ncr\$ 2.851 mil. A discriminação desses investimentos por subsetores de indústria assim se resume :

(*) - "Zona Franca de Manaus - Polo de Desenvolvimento", de Luiz Carlos de Souza Amaral, revista "Indústria e Produtividade", nº 1, junho de 1968.

INVESTIMENTOS PROGRAMADOS EM PROJETOS
INDUSTRIALIS LOCALIZADOS EM MANÁUS

(Ncr\$ mil)

INDÚSTRIAS	Jun-1966/ Fev-1967	Mar-1967/ Dez-1967	TOTAL
Produtos alimentares	319	1.465	1.784
Indústria têxtil	-	554	554
Indústria de madeira	146	341	487
Benefic. de couros	-	180	180
Construção civil	-	144	144
Benefic. látex	35	-	35
Lixívias	15	-	15
N.e.....	-	167	167
Total	515	2.851	3.368

FONTE : "Indústria e Produtividade" nº 1, junho 1968.

Outra informação divulgada no mesmo artigo da revista "Indústria e Produtividade" revela que, de acordo com dados da Junta Comercial de Manaus, sómente no período junho a dezembro de 1967 instalaram-se em Manaus 116 novas firmas, das quais 76 no setor de importação e exportação, 20 indústrias diversas, 6 indústrias de construção civil e 14 em outros setores.

4 - O MERCADO DE MANUFATURAS DE JUTA/MALVA
E O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA JUTEIRA

4.1 - SITUAÇÃO E PERSPECTIVAS DO PARQUE JUTEIRO

4.1.1 - Situação no final de 1967

O parque industrial de fiação e tecelagem de juta/malva estava constituído, no final de 1967, de 26 fábricas em funcionamento, relacionadas no ANEXO VIII. De acordo com os levantamentos procedidos pelo GT, a distribuição da capacidade de produção da indústria juteira estava assim resumida, segundo a localização por grandes regiões geoecológicas:

REGIÕES	NÚMERO DE FÁBRICAS	CAPACIDADE INSTALADA DE PRODUÇÃO NO FINAL DE 1967			
		(*)		EFETIVA(**)	
		NOMINAL t/ano	%	t/ano	%
Norte	8	38.900	31,7	30.600	38,1
Nordeste	5	20.400	16,6	9.200	11,5
Sudeste	10	52.800	43,0	33.600	41,9
Extremo-Sul	3	10.700	8,7	6.800	8,5
TOTAL	26	122.800	100,0	80.200	100,0

FONTES: BNDE (questionário-básico e projetos) e dados complementares do Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem e de pessoas condecoradoras do Setor.

(*) - Considerando-se a capacidade teórica dos teares e o regime de trabalho de 3 turnos de 8 horas por dia e 300 dias/ano.

(**) - Nos casos de equipamentos de idade avançada adotou-se regime de trabalho diferente (1 ou 2 turnos).

Por sua vez, do ANEXO IX consta a relação de 7 fábricas que paralisaram suas atividades recentemente, como decorrência de problemas ligados, principalmente, às condições do mercado de manufaturas de juta/malva, deficiências operacionais por obsolescência de equipamentos (81% dos teares instalados nessas fábricas datam de antes de 1940), custos elevados de produção, etc. Essas fábricas contavam, em conjunto, com capacidade nomi-

nal instalada de 18.700 t/ano e efetiva de 9.500 t/ano, distribui das como mostra o quadro a seguir:

ESTADOS	NÚMERO DE FÁBRICAS	CAPACIDADE INSTALADA DAS FÁBRICAS QUE PARALISARAM S/ATIVIDADES (t/ano)	
		Nominal	Efetiva
Guanabara	1	2.000	1.000
São Paulo	5	14.700	7.500
R.G. do Sul	1	2.000	1.000
TOTAL	7	18.700	9.500

Fonte: BNDE (questionário-básico)

No ANEXO X está anotada a estrutura do parque juteiro, em 1967, por Regiões e Unidades da Federação, segundo os tipos e a idade de instalação dos teares existentes nas fábricas, em número total de 3.665, sendo 2.955 teares com lançadeira - 81% do total - e 710 do tipo sem lançadeira.

Dos teares com lançadeira, 80% haviam sido instalados antes do ano de 1940, localizando-se 48% dos mesmos na Região Centro-Sul, 20% no Nordeste e 12% na Região Norte. Já em relação aos teares modernos, sem lançadeira, verifica-se que a quase totalidade dos mesmos data de período posterior a 1960, localizando-se 45% delas na Região Norte, 42% no Centro-Sul e o restante no Nordeste. Tomando-se o conjunto dos teares em operação no final de 1967, verifica-se que era de 65% a participação dos equipamentos instalados antes de 1940, participando com 21% os teares mais modernos, instalados após 1960.

O quadro a seguir resume a distribuição geográfica dos teares em funcionamento no final de 1967, segundo o seu tipo e sua idade:

TIPO E IDADE DOS TEARES	NÚMERO DE TEARES INSTALADOS EM 31.12.1967				
	TOTAL	Norte	Nordeste	Sudeste	Ext. Sul
<u>Com lançadeira:</u>	<u>2.955</u>	<u>577</u>	<u>603</u>	<u>1.441</u>	<u>334</u>
Até 1940	2.365	357	603	1.169	236
1940/1960	490	120	-	272	98
Após 1960	100	100	-	-	-
<u>Sem lançadeira:</u>	<u>710</u>	<u>320</u>	<u>90</u>	<u>264</u>	<u>36</u>
Até 1940	-	-	-	-	-
1940/1960	24	-	24	-	-
Após 1960	686	320	66	264	36
TOTAL:	<u>3.665</u>	<u>897</u>	<u>693</u>	<u>1.705</u>	<u>370</u>
Até 1940	2.363	357	603	1.169	236
1940/1960	514	120	24	272	98
Após 1960	786	420	66	264	36

Fonte: BNDE (questionário-básico e projetos) e informações de pessoas conhecedoras do Setor.

Por sua vez, o quadro do ANEXO XI anota a estrutura da capacidade de produção do parque fabril juteiro, em 1967, segundo a idade de suas instalações principais, por Regiões e Unidades da Federação.

As 7 fábricas que se encontravam paralisadas no final de 1967 somente contavam com teares com lançadeiras, num total de 788 teares, dos quais 81% haviam sido instalados antes de 1940 e 19% entre 1940 e 1960.

4.1.2 - Expansão do Parque Industrial

De acordo com as informações colhidas, os projetos de expansão do parque manufatureiro de juta/malva estão vinculados, preponderantemente, ao desenvolvimento dessa indústria na Amazônia, com 6 projetos de instalação ou ampliação de capacidade de fábricas existentes, permitindo um acréscimo de 17.800 t/ano na capacidade nominal instalada do parque juteiro. O projeto em execução, fora da Amazônia, é o da modernização de fábrica localizada em Caçapava (SP). Os empreendimentos conhecidos assim se resumem:

FABRICANTES E LOCALIZAÇÃO	CAPACIDADE NOMINAL DE PRODUÇÃO (T/ANO)		DATA PROVÁVEL DE CONCLUSÃO DO PROJETO
	Em 1967	Futura	
<u>AMPLIAÇÃO:</u>	<u>5.800</u>	<u>13.600</u>	-
1. Tecelagem T. Medeiros Imp. Exp. S/A (AM)	1.100	4.200	1968/70
2. Cia. de Fiação e Tecelagem de Juta - TECEJUTA (PA) ...	3.200	7.400 (*)	1968
3. Cia. de Aniagem de Caçapava (SP)	1.600	2.000	1968
<u>FÁBRICAS NOVAS:</u>	-	<u>10.000</u>	-
4. Fábrica de Tecidos Matinha S/A (AM)	-	4.000	1968/69
5. Cia. Fabril de Juta Parintins - FABRILJUTA (AM)	-	4.000	1969
6. Cia. Têxtil de Castanhál (PA)	-	2.000	1968
TOTAL	5.800	23.600	-

(*) - Melhor utilização do equipamento instalado e transferência de equipamento da Cia. Nacional de Tecidos São Francisco Xavier, da Guanabara. (paralisada).

A projetada transferência de equipamentos da FITESUL, de Taubaté para Manaus, não está considerada, visto que não implicará em qualquer acréscimo de capacidade instalada de produção do Setor.

Tomando por base os projetos conhecidos de expansão do parque juteiro, foi possível montar o quadro da provável evolução da capacidade de produção desse setor industrial no futuro próximo, isto é, até 1970/71. Essas previsões constam dos ANEXOS XII a XVIII estando a capacidade desdobrada por Regiões e Unidades da Federação e de acordo com a idade dos teares instalados.

O quadro a seguir resume a evolução esperada para a capacidade do parque industrial juteiro, segundo as Regiões da localização das fábricas:

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL	CAPACIDADE DE PRODUÇÃO DO PARQUE JUTEIRO (t/ano)			
		Segundo as Regiões Geoeconômicas			
		Norte	Nordeste	Sudeste	Extremo-Sul
<u>Capacidade nominal:</u>					
1967	122,8	38,9	20,4	52,8	10,7
1968	124,8	43,5	20,4	50,2	10,7
1969	130,8	49,5	20,4	50,2	10,7
1970/71	135,4	54,1	20,4	50,2	10,7
<u>Capacidade efetiva:</u>					
1967	80,2	30,6	9,2	33,6	6,8
1968	88,4	38,4	9,2	34,0	6,8
1969	94,4	44,4	9,2	34,0	6,8
1970/71	98,0	48,0	9,2	34,0	6,8

- Ver detalhes nos ANEXOS XIII a XVIII.

O quadro acima evidencia a modificação na participação das várias Regiões no conjunto da capacidade do parque manufatureiro de juta/malva, destacando-se o crescimento da participação da Amazônia, isto é:

REGIÕES	% DO TOTAL DA CAPACIDADE EFETIVA			
	1967	1968	1969	1970/71
Norte	38	43	47	49
Nordeste	11	11	10	9
Sudeste	43	38	36	35
Extremo-Sul	8	8	7	7
TOTAL	100	100	100	100

Outro aspecto a ressaltar diz respeito à futura composição do parque industrial de juta/malva, de acordo com a idade dos teares instalados, evidenciando o aumento da participação dos equipamentos mais modernos, como mostra o quadro a seguir:

IDADE DCS TEARES	CAPACIDADE INSTALADA DE PRODUÇÃO (1.000 t/ano)*			
	1967	1968	1969	1970/71
<u>Capacidade nominal</u>	<u>122,8</u>	<u>124,8</u>	<u>130,8</u>	<u>135,4</u>
Até 1940	62,7	58,1	58,1	60,1
1940/1960	23,3	23,3	23,3	23,3
Após 1960	36,8	43,4	49,4	52,0
<u>Capacidade efetiva</u>	<u>80,2</u>	<u>88,4</u>	<u>94,4</u>	<u>98,0</u>
Até 1940	26,8	25,2	25,2	26,2
1940/1960	19,8	19,8	19,8	19,8
Após 1960	33,6	43,4	49,4	52,0

Ver detalhes nos ANEXOS XI, XIV, XV e XVI.

(*) - Supondo, naturalmente, que todas as instalações atuais continuem operando no período considerado e que entrem em funcionamento os projetos em execução.

4.2 - OBSERVAÇÕES SÔBRE O CONSUMO INTERNO

Conforme já comentado, o relativo insucesso da pesquisa direta realizada pelo GT através do questionário-básico enviado aos fabricantes, não permitiu o levantamento global de um conjunto de informações da maior importância para o conhecimento das condições do mercado nacional de manufaturas de juta/malva.

Assim é que, por exemplo, não se tornou possível levantar as séries de produção e consumo dessas manufaturas no País, no passado recente, de sorte a conhecer as principais condições e tendências do mercado. Não obstante essa deficiência, na verdade tais elementos se fazem indispensáveis aos fins do presente relatório, dadas as conclusões e recomendações a que chegou o GT, como será exposto adiante.

Os dados relativos à produção brasileira de juta, quaxima e malva (tabelas anexas) estão a indicar que a evolução do consumo de manufaturas dessas fibras revelou, paralelamente, apreciável crescimento, em particular nos anos 60, se bem que apresentando oscilações em determinados anos. O quadro do ANEXO XIX mostra a evolução do consumo nacional de fibras ao longo do período 1943/1967.

O quadro a seguir, partindo dos dados oficiais do SEP e do SEEF, relativos à produção de fibras e exportações, dá uma idéia da evolução recente da produção/consumo de fibras e manufaturas (em 1.000 toneladas):

PRODUÇÃO NACIONAL DE FIBRAS

EQUIVALENTE EM SACARIA

ANOS	JUTA (Toneladas)	MALVA (Toneladas)	TOTAL (Toneladas)	PRODUÇÃO (%)	EXPOR- TAÇÃO	CONSUMO INTERNO
1958	31	17	48	6	(**)	46
1959	32	17	49	15	0	45
1960	39	12	51	48	0	48
1961	48	13	61	53	0	58
1962	47	13	60	37	0	57
1963	44	13	57	34	3	51
1964	51	12	64	51	5	56
1965	62	16	78	74	17	57
1966	44	17	61	53	6	52
1967	56	17	73	69	10	59

Fonte: M.A./SEP.

(*) - Admitindo-se bordas equivalentes a 5%.

(**) - Estimado com base nos dados de exportação.

De uma maneira geral, às produções conhecidas a respeito do provável consumo interno de embalagens de manufaturas de juta chegam a resultados consistentes, mas que se baseiam em hipóteses otimistas, mas que desejam a realidade. Esta opinião está balizada nos seguintes pontos principais:

a) - o consumo de embalagens de juta/malva tende a não acompanhar, em termos relativos, o crescimento da produção agrícola do País, não tendo sido possível estabelecer correlação entre os, pelo SE, tornando-se por base os consumos anuais ensacáveis (café, arroz, feijão, milho, batata, amendoim etc.). Visto que o Brasil, praticamente, não importa fibras ou manufaturas de juta, aquele comportamento é evidenciado pela análise da evolução da produção/consumo de fibras no passado recente, conforme mostrado no quadro anterior, quando o crescimento, embora irregular, ficou praticamente contido dentro de uma mesma faixa, sem oferecer substanciais incrementos anuais que revelassem a concorrência de qualquer tendência de crescimento mais ou menos uniforme. Por outras palavras, enquanto a produção agrícola mantém uma tendência de crescimento contínuo, ao longo do tempo, o consumo de embalagens de juta/malva tem evoluído irregularmente, sem qualquer tendência firme de crescimento, podendo-se prever que tal situação continuará se verificando no futuro, de maneira tanto mais acentuada, se se levar em conta os

seguintes fatores: competição de embalagens fabricadas com outros materiais (algodão, papel e papelão, sintéticos); reutilização intensiva de embalagens, principalmente de juta/malva; crescimento do transporte e armazenamento a granel de produtos agrícolas;

- b) - o consumo nacional de embalagens de juta/malva compõe-se de duas parcelas perfeitamente distintas quanto à natureza das mesmas: o emprêgo de embalagem nova, principalmente na exportação, e a generalizada reutilização de sacaria usada; prática consagrada no Brasil e que pode chegar até 7 vezes. A reutilização de sacaria foi arbitrada pela Comissão de Financiamento da Produção como sendo da ordem de 2/3 do consumo interno ("Preços Mínimos para Juta e Fibras Similares - Safra 1966/67", Serviço de Pesquisas Econômicas da CFP). O principal fator para a reutilização é o preço: assim, em novembro de 1967, enquanto um saco de primeiro uso custava NCr\$ 0,72, um saco de 5º uso era cotado a NCr\$ 0,38 - 0,40. Existem empresas dedicadas ao recondicionamento de sacaria usada de juta, sendo que duas empresas de São Paulo informam realizar um movimento anual de 14 milhões de sacos, dos quais 200 mil mensais em uma e 1 milhão em outra;
- c) - o transporte e o armazenamento a granel de produtos agrícolas deverá expandir-se de maneira significativa no País, resultando em perda de mercado para as embalagens convencionais, particularmente de juta/malva. São exemplos nesse particular os terminais de embarque de milho em Paranaguá e Santos e os terminais açucareiros de Recife e Maceió, cuja operação afetará crescentemente a utilização de embalagens têxteis. Por outra parte, também pode ser lembrado que, a longo prazo, o incremento do emprêgo de transporte em "containers" deverá afetar, de algum modo, o uso de sacaria;
- d) - a crescente exportação de café solúvel, em substituição ao tradicional café em grão ensacado;
- e) - a competição crescente de outros materiais para embalagem, especialmente de fibras sintéticas (polipropileno e polietileno de alta densidade) conforme será examinado em outra parte deste relatório, tende a afetar seriamente o consumo de embalagens de juta/malva;

f) - os preços das manufaturas de juta/malva têm-se situado em níveis relativamente elevados, como consequência dos custos de produção, industrialização e comercialização, constituindo-se em fator de estímulo à reutilização de sacaria e ao emprêgo de outros materiais de embalagem;

g) - a disponibilidade de fibras de juta está, praticamente, limitada aos níveis da atual produção da Amazônia. Conforme está registrado neste relatório, o maior volume de produção foi alcançado em 1965 - 62 mil toneladas. Segundo consta do relatório do Grupo de Trabalho criado pelo Decreto nº 62.140/68, a juticultura na Amazônia é realizada "em pequenos estabelecimentos agrícolas, em número de, aproximadamente, 10.000, cuja área média de cultivo, provavelmente, situa-se entre 2 a 3 hectares." O cultivo e processamento da juta observam práticas difíceis e primitivas, à base de trabalho manual, empregando grande quantidade de mão-de-obra, fator escasso na Região e que, consequentemente, tem preço elevado. Ainda de acordo com o citado relatório, o fator trabalho participa com 88,2% na formação do custo de produção de um hectare de juta, em termos de fibra seca, sendo o custo encontrado (NCr\$ 709,00/ha) cerca de 3, vezes maior que o obtido na Índia, onde a mão-de-obra é farta e barata. De sua parte, o problema da mecanização das operações de cultivo e processamento da juta não resultou, até agora, em qualquer solução prática, com o aparecimento de equipamentos apropriados, tendo o próprio Grupo de Trabalho, citado acima, recomendado no seu relatório final, que o Governo dê atenção ao assunto, patrocinando experimentações no campo da mecanização da juticultura. Afigura-se, portanto, que nas condições atuais, dificilmente possa ocorrer um crescimento significativo na produção nacional de juta, parecendo irrealista a "meta" da SUDAM no particular - isto é, elevar a produção de juta/malva ao nível de 114.000 t/ano por volta de 1971, conforme estabelecido no 1º Plano Quinquenal de Desenvolvimento - 1967/1971.

Observação final a ser ressaltada em relação ao mercado de juta refere-se à diversificação do uso desse produto em outras manufaturas. No caso, por exemplo, do emprêgo de fios de juta na confecção de cortinas, onde entram na trama, informa-se que tem ocorrido razoável desenvolvimento no País, tendo as cortinas aceitação favorável pelo seu baixo preço, bom cimento, re-

sistência, não descoramento, etc. Apurou-se que o mercado de fios de juta para cortinas, em São Paulo, era da ordem de 100 t/mês em 1967, volume que, obviamente, se mostra bastante diminuto face ao volume do consumo de sacaria. Outro setor onde os fios de juta também estão sendo empregados é na confecção de "gobelins" (estofamento), porém, em volumes modestos.

4.3 - MERCADO DE EXPORTAÇÃO

Na tabela do ANEXO XX estão registradas as estatísticas referentes à evolução das exportações brasileiras de juta e suas manufaturas, ao longo do período 1942/1967, cujos valores assim se resumem para o passado recente:

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE JUTA E SUAS MANUFATURAS
(toneladas)

ANOS	TOTAL	JUTA EM FIBRAS		
		Equivalente em sacaria (*)	Manufaturas	TOTAL (**)
1958	383	364	13	377
1959	32	30	-	30
1960	229	218	7	225
1961	277	263	5	268
1962	101	96	193	289
1963	3.187	3.028	369	3.397
1964	4.826	4.585	152	4.737
1965	10.082	9.578	7.175	16.753
1966	3.421	3.250	3.138	6.388
1967	3.503	3.328	6.742	10.070

Fonte: SEEF (Ver o ANEXO XX)

(*) - Considerando perdas da ordem de 5%.

(**) - Em termos de sacaria.

Observa-se que as vendas realizadas apresentaram-se de forma irregular e pouco expressiva, revelando a falta de tradição do País, no comércio internacional desses produtos.

O comércio internacional de fibras e manufaturas de juta tem significado apreciável, sendo que os dois maiores produtores - Índia e Paquistão - participam de maneira preponderante nas exportações. No caso da Índia, cerca de 20% de sua receita cambial provém da exportação de juta industrializada, enquanto no Paquistão 40% da receita cambial são formados pelas exportações de juta, vendida em sua maior parte sob a forma de fibra. Dentre

os principais países importadores, destacam-se os Estados Unidos e os países da Europa Ocidental, sendo a Argentina o maior comprador na América Latina.

A participação do Brasil, na produção mundial de juta, é de pouco mais de 1% distribuindo-se a produção de manufaturas da seguinte forma:

PRODUÇÃO DE MANUFATURAS
DE JUTA - 1964

<u>PRODUTORES</u>	<u>1.000 t</u>	<u>%</u>
Índia	1.281	40
Paquistão	331	10
Paises da Europa Ocidental .	470	15
Demais países	1.130	35
TOTAL	3.212	100

Fonte: SUDAM - "As Fibras Sintéticas e o Futuro da Economia da Juta", março de 1968.

A participação do Brasil no comércio internacional de fibras e manufaturas de juta é totalmente inexpressiva. Malgrado os estudos, questões e medidas visando a dinamizar nossas vendas no exterior, os resultados obtidos têm tido significado modesto. Vale ainda ressaltar que as vendas para o mercado argentino — embora favorecidas com isenções de tributos alfandegários dentro das normas da ALALC — têm sido realizadas com dificuldades e através de negociações especiais, objetivando, quase sempre, solucionar problemas ligados às atividades da indústria juteira nacional, principalmente no que diz respeito à formação de estoques exagerados, redução de ritmo de trabalho, necessidades de capital de giro, etc. Para o ano de 1968 há compromissos de exportação de 15.000 toneladas para a Argentina.

Tomando por base as informações obtidas, as conclusões do GT quanto às possibilidades e perspectivas de serem incrementadas as exportações de manufaturas e fibras de juta/malva e, assim, desenvolvidas as atividades do parque juteiro nacional, são francamente pessimistas para o curto e médio prazos, julgando-se que as possibilidades nesse particular são de difícil concretização. Essa suposição se fundamenta basicamente nos seguintes fatores principais:

- a) Os custos de produção e de comercialização para as manufaturas brasileiras elevam-se a níveis muito altos, não permitindo que os preços finais tornem possível qualquer competição com os produtos de origem asiática, ainda que considerando os incentivos e favores concedidos tanto no Brasil (Amazônia) quanto nos mercados latino-americanos (particularmente na Argentina, que é o principal mercado importador). A formação do custo de produção da fibra tem na mão-de-obra o seu item preponderante, não parecendo factível reduzir essa participação nas atuais condições da juticultura na Amazônia; enquanto isso, nos países asiáticos a mão-de-obra é abundante e barata, participando modestamente na formação de custo de produção. A seu turno, de acordo com as conclusões do Grupo de Trabalho criado pelo Decreto nº 62.140/68, os custos de comercialização no Brasil são 75% maiores que no Paquistão;
- b) o Brasil não possui tradição no mercado internacional de fibras e manufaturas de juta, valendo ressaltar que várias fontes — inclusive o relatório do Grupo de Trabalho citado anteriormente, afirmam ser o produto brasileiro inferior em qualidade ao similar asiático, afi residindo, de igual sorte, um dos empecilhos à conquista de novos mercados externos, em especial o norte-americano e europeu. Caberia ainda referir que uma das recomendações do supra-citado Grupo de Trabalho é no sentido de que "a indústria brasileira deve procurar diversificar sua linha de produção, através da fabricação de telas "sacking" (que representa a maior parte da produção da Índia), fôrro de tapetes ("carpet backing") e tecidos finos para decoração e vestuário";
- c) conforme foi salientado anteriormente, a disponibilidade interna de fibras de juta está limitada pelo volume de produção atual da Amazônia, não se contando com perspectivas favoráveis, a médio prazo, no sentido de que ocorra crescimento substancial na produção nacional de fibras, o que, evidentemente, limita o trabalho da indústria jutaiira;
- d) o principal mercado potencial para o produto brasileiro seria o argentino, cuja produção agrícola ostenta importância especial. Há que considerar, todavia, que o mercado argentino também es-

tará sendo afetado, futuramente, pelos mesmos fatores que estão e estarão influenciando o crescimento do mercado brasileiro, principalmente o incremento do transporte a granel e a competição de fibras sintéticas.

4.4 - BALANÇO DE CONSUMO E OFERTA

De acordo com o quadro apresentado anteriormente, a produção nacional de fibras de juta/malva em termos de sacaria teria correspondido no quinquênio 1963/67 à média anual de 63.000 toneladas, elevando-se à média anual de 67.000 toneladas se considerado apenas o triênio 1965/67.

Levando-se em consideração a utilização de fibras duras em outras aplicações, pode-se admitir que a produção/consumo de sacaria tenha se situado no ano passado em cerca de 60 a 65 mil toneladas. Sabendo-se que a capacidade efetiva de produção instalada no parque juteiro nacional era de 89.700 t/ano (incluindo fábricas paralisadas), verificou-se, portanto, a ocorrência de uma capacidade ociosa variando entre 25 e 30 mil toneladas, ou seja, 33% e 28%.

Para efeito de balanço de consumo e oferta de manufaturas no futuro próximo, considera-se para o ano de 1967 a produção/consumo de 65.000 toneladas, sendo arbitradas diversas hipóteses para o seu crescimento — aí se incluindo eventuais exportações e estoques — supondo-se que esse crescimento possa vir a observar diferentes taxas de incremento anual, cumulativo, na faixa entre 5% e 10% ao ano. Trata-se, como é evidente, de mera especulação na falta de critérios mais válidos para medir a evolução futura do mercado consumidor, tanto mais dificultado, no caso da juta, em virtude dos fatores desfavoráveis apontados anteriormente. Tais projeções, em qualquer hipótese, parecem ser superestimadas face a realidade do mercado de manufaturas de juta — atual e futuro — servindo, tão-somente, para estabelecer o necessário confronto e balanço da demanda estimada segundo critérios otimistas e a capacidade de produção interna que se tornará disponível nos anos vindouros.

De acordo com as várias hipóteses, o crescimento da produção/consumo de manufaturas de juta/malva evoluiria como mostra o quadro abaixo, aí se incluindo o consumo interno, exportações e estoques:

HIPÓTESES DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO/CONSUMO DE
MANUFATURAS DE JUTA/MALVA (1.000 t)

ANOS	5% a.a.	6% a.a.	7% a.a.	8% a.a.	10% a.a.
1967	65	65	65	65	65
1968	68	69	70	70	72
1969	71	73	75	76	79
1970	75	77	80	82	87
1971	79	82	86	89	96
1972	83	87	92	96	106
1973	87	92	98	104	117
1974	91	98	105	112	129
1975	96	104	112	121	142

De sua parte, as previsões de expansão da capacidade instalada da indústria nacional de manufaturas de juta/malva assim se resumem (excluindo-se as fábricas que estavam paralisadas em 1967):

CAPACIDADE INSTALADA (1.000 t/ano)

ANOS	NOMINAL	EFEITIVA
1967	122,8	80,2
1968	124,8	88,4
1969	130,8	94,4
1970/71	135,4	98,0

O cotejo das previsões de consumo e oferta evidenciam que a capacidade nominal que será disponível nos anos vindouros permitirá atender satisfatoriamente à demanda estimada para o período 1968/74, sob qualquer das hipóteses arbitradas para o seu crescimento. Considerando-se os diferentes regimes de trabalho das fábricas e, consequentemente, tendo em vista que a capacidade efetiva de produção se situa em níveis mais baixos, ainda assim é de salientar-se que a capacidade efetiva também será suficiente para satisfazer às necessidades do mercado até 1974, crescendo este a um ritmo de até 6% ao ano, taxa que nos parece otimista face as condições e perspectivas do mercado de manufaturas de juta/malva.

Por oportuno, vale a pena destacar que em memorial enviado ao Grupo de Trabalho criado pelo Decreto nº 62.140/68 pelos industriais do setor de fiação e tecelagem da juta — subscreto por representantes da indústria da Guanabara, Espírito Santo, Estado do Rio, São Paulo, Amazonas e Pará — está dito que a

produção nacional de manufaturas em 1968 seria de 60.000 toneladas, havendo segurança de consumo interno de apenas 45.000 toneladas, o que implica num excedente de 15.000 toneladas, o qual foi objeto de venda aos preços do mercado internacional, em recente acordo firmado com a Argentina, vinculado às negociações argentino-brasileiras para fornecimento de trigo ao Brasil.

A situação prevista, conforme mostrado acima, recomenda, portanto, a desnecessidade, a médio prazo, de qualquer expansão do parque juteiro nacional, além da efetivação dos projetos conhecidos e já mencionados.

Afigura-se dispensável, nessas condições, que o BNDE venha a oferecer sua colaboração financeira a qualquer novo empreendimento no Setor, que venha a acrescer a capacidade instalada já prevista. A única eventualidade de colaboração do Banco, nesse particular, seria no sentido de contribuir, se solicitado, para a pronta concretização dos projetos em curso na Região Amazônica (ver item 4.1.2), suprindo os recursos suplementares que se tornarem indispensáveis, à vista de exame de projetos específicos.

Será conveniente ressaltar, nesta parte, o problema da estrutura do parque fabril de juta/malva no País, no que se relaciona às suas condições operacionais.

Conforme pode ser visto nas tabelas em anexo, o parque industrial localizado na Amazônia deverá dispor, próximamente, de quase metade do total da capacidade efetiva instalada do País, contando as fábricas com equipamentos modernos e eficientes, de cuja capacidade total 66% serão representados por teares com idade inferior a 10 anos. De outra parte, o restante do parque nacional estará constituído de equipamentos na sua maior parte — 50% — de idade avançada e em processo de obsolescência.

Assim, as condições operacionais da indústria da Amazônia suplantam de muito às do parque centro-sulino e nortino, acrescendo observar que a indústria da Região Norte ainda se beneficia largamente da proximidade da fonte de matéria-prima, bem assim de incentivos e favores diversos. Essa situação, aliada aos problemas de mercado para as manufaturas de juta/malva, tem resultado em crescentes dificuldades para diversos fabricantes localizados fora da Amazônia, levando-as às seguintes alternativas principais:

- a) paralisação definitiva ou temporária das atividades fabris, conforme ocorrido recentemente em relação a 7 fabricantes, mencionados anteriormente;

- b) modernização e reequipamento de fábrica para fazer face à competição da indústria nortista e, eventualmente, entrar na linha de embalagens de fibras sintéticas (polipropileno), mediante adaptações de equipamentos (é o caso, por exemplo, da fábrica da União Manufatura, em Caxias, RJ);
- c) transferência total ou parcial de equipamentos para a Região Norte (casos das fábricas da Cia. Nacional de Tecidos São Francisco Xavier, da Guanabara e da FITEJUL - Filial de Taubaté (SP), cujas instalações deverão ser transferidas, respectivamente, para a TECEJUTA, do Pará e FITEJUL, de Manaus);
- d) diversificação das linhas de produção.

O Grupo de Trabalho criado pelo Decreto nº 62.140, de 1968, inseriu no seu relatório final a Recomendação XII, do seguinte teor:

"Recomendamos que seja examinada a conveniência da transferência das fábricas de fiação e tecelagem de juta para a Região Amazônica, onde se localiza a fonte produtora da matéria-prima. No caso em que essas conclusões sejam favoráveis, o Governo estudaria um esquema de financiamento, a fim de possibilitar a atualização tecnológica dos equipamentos, quando fosse o caso, com o objetivo de equiparar essas unidades às fábricas nortistas, e a cobertura dos custos de transferência e da construção de novas instalações industriais".

Não obstante a recomendação citada acima, o GT entende que, do ângulo estrito do BNDE, não deva a Entidade, como regra geral, prestar colaboração a projetos que objetivem, pura e simplesmente, a transferência de instalações para o Norte do País, tendo-se em conta as condições e perspectivas do mercado de manufaturas de juta/malva, bem assim que:

- os equipamentos obsoletos que forem transferidos não permitirão a essas fábricas competirem com as modernas já instaladas ou em vias de instalação na Região;
- o custo de transferência dessas unidades é muito elevado e não compensará a mudança de sua localização;

- as vantagens locacionais, no que se refere ao preço da matéria-prima, não são de molde a cobrir as desvantagens acima apontadas, isto porque se vê verdade que 1 kg de fibra de juta/malva pode ser adquirido localmente por um preço compreendido entre NCr\$ 0,40 e NCr\$ 0,50 e o mesmo produto custa no Centro-Sul cerca de NCr\$ 0,30 a mais, por outro lado o custo de transferência de 1 kg de tela (ou saco) do Norte para o Centro-Sul também custa de NCr\$ 0,30 para cima. Uma vez que o grande mercado consumidor de produtos elaborados de juta está no Centro-Sul, verifica-se, assim, que as vantagens de localização, em termos de custo de matéria-prima, são mais aparentes do que reais.

Considerando os vários favores fiscais existentes na área da Amazônia, especialmente em Manaus, observa-se que as vantagens locacionais, para efeito de transferência de equipamentos, assumem interesse de natureza exclusivamente empresarial, não resultando ganhos maiores para a economia nacional.

Ainda considerando as perspectivas de mercado e levando em conta, de igual modo, as condições operacionais e as crescentes dificuldades do parque industrial juteiro localizado fora da Amazônia, o GT lembra como alternativa a ser melhor estudada a eventual colaboração do BNDE, através do FUNDEPRO e/ou FIPEME, a projetos que visassem à diversificação das linhas de produção dos fabricantes situados no Centro-Sul do País.

5 - A COMPETIÇÃO DAS FIBRAS SINTÉTICAS

Além da competição que as fibras duras estão e estarão enfrentando no mercado nacional relativamente ao emprego de embalagens de algodão e papel e ao desenvolvimento dos sistemas de transporte a granel e de silagem, prevê-se que, no futuro próximo, essa competição será crescentemente afetada pelo emprego de fibras sintéticas (polipropileno e polietileno de alta densidade) na produção de embalagem grosseira, similar à de juta/malva.

A produção de poliolefinas (polipropileno e polietileno) revelou um crescimento dos mais significativos desde o seu aparecimento no mercado mundial, no passado recente, assumindo a liderança, a partir de 1963, da produção mundial da indústria de materiais plásticos.

No estudo "As Fibras Sintéticas e o Futuro da Economia da Juta", de autoria do Economista Ronaldo Franco de Sá Bomfim e editado em 1968 pela SUDAM, constam diversas informações e estatísticas que serão transcritas em seguida. Assim, em relação à produção mundial de plásticos nos principais países (Estados Unidos, Alemanha Ocidental, Japão, Inglaterra, Itália, URSS e França), o aludido estudo transcreve a seguinte estatística:

PRODUÇÃO EM ALGUNS PAÍSES - 1965

MATERIAIS	t	%
Poliolefinas.....	2.871.700	24,1
Cloreto de Polivinila...	2.565.900	21,5
Poliestireno.....	1.563.600	13,1
Uréia e Melamina	1.227.700	10,3
Fenois	884.800	7,4
Outros	2.815.700	23,6
T O T A L	11.929.400	100,0

Fonte: Japan Plastics Industry Association (dados básicos).

Ainda de acordo com o estudo da SUDAM, citado acima, o consumo de materiais termoplásticos em forma de filmes - a partir dos quais se fabricam os fios chatos para a confecção de saia - ostentou apreciável incremento nos países produtores desses materiais, assim como em outros países. Os dados relativos ao Japão são bastante expressivos nesse particular, como mostra o quadro abaixo:

ESTRUTURA DO MERCADO CONSUMIDOR NO JAPÃO (t)

<u>DESTINO</u>	<u>POLIPROPILENO</u>		<u>POLIETILENO (x)</u>	
	<u>1964</u>	<u>1966</u>	<u>1964</u>	<u>1966</u>
Filme.....	5.500	29.800	15.300	18.000
Laminado por extrusão	-	100	-	-
Injeção.....	17.400	45.100	28.000	34.000
Moldagem.....	600	2.400	9.400	18.000
Tubos.....	300	100	800	2.000
Fibras.....	11.700	17.200	16.600	22.000
Diversos	500	2.800	2.000	2.000
Exportação	-	1.000	3.800	22.000
TOTAL	36.000	98.500	75.900	118.000

Conforme anotado no estudo editado pela SUDAM, os sacos produzidos de fios chatos de resinas termoplásticas estão sendo empregados para acondicionar: fertilizantes, grãos (arroz, trigo, etc.), lã e algodão, sal, açúcar, produtos químicos em geral, minerais, moedas, areia para construção, etc. "Esses sacos foram, experimentalmente, submetidos a testes de resistência ao impacto, à abrasão, ao manuseio com ganchos ponteagudos de aço, etc. Os resultados foram excelentes e sobrepujaram os testes para referência, realizados com sacos de aniação, conforme certificam, entre outras, as provas levadas a efeito nos laboratórios da firma japonêsa Sekisui Chemical Co. Ltd., em outubro de 1965."

O mesmo trabalho da SUDAM relaciona as principais vantagens dos sacos fabricados com fios sintéticos, a saber:

- "1. Preços e ofertas estáveis, em face da garantia de um suprimento de matéria-prima que não está sujeito a flutuações de mercado;
2. proporcionam grande economia nos custos de transportes, em consequência de serem mais leves: pesam cerca de 1/3 do peso de um saco correspondente de fibra natural;
3. absoluto controle de sua matéria-prima, que, em vista de ser de origem sintética, poderá garantir sempre as mesmas características físicas e químicas, possibilitando o uso de quaisquer tipos de teares, desde os convencionais até os mais modernos e sensíveis, como os teares a jato de ar, que proporcionarão maior produtividade, reduzindo, em consequência, os custos de produção;
4. não absorvem umidade, portanto não encolhem e não incham, protegendo o material embalado;
5. são imputrescíveis e à prova de mofo;
6. mais resistentes e duráveis que os sacos de fibras naturais (juta, malva, etc.);
7. inodoros, não contaminando os produtos embalados;
8. sanitários, e atóxicos, não absorvem poeiras e não constituem abrigo adequado a insetos e parasitas;
9. praticamente à prova de ganchos e outros objetos ponteagudos e livres de esgarçamentos;
10. resistentes à ação corrosiva de alguns produtos químicos, especialmente ácidos e álcalis;
11. suas fibras não se desgastam ou rebentam, evitando a contaminação de certos produtos nêles ensacados, tais como fibras de algodão e lã;
12. pequena perda de matéria-prima no processo produtivo : baixo coeficiente técnico resina/saco ($A = 1,1$);
13. maior facilidade de estocagem da matéria-prima que é uma resina (grânulos, pó ou flocos), em comparação às fibras naturais a granel, que

exigem mais espaço e estão sujeitas à putrefação".

No Brasil, o consumo de polipropileno ainda é incipiente e pouco expressivo, informando o SEEF que a importação de resina foi de 1.225 toneladas em 1967, no valor CIF total de US\$ 519 mil. Por sua vez, a produção de polietileno de alta densidade está limitada à fábrica Eletroteno Indústria Plástica S.A., de São Paulo, com o volume de produção de 5.000 t/ano, a partir de álcool etílico.

O principal campo de aplicação do polipropileno no Brasil, assim como em outros países, é o de moldagem por injeção. Segundo informações obtidas, levantamento direto junto aos processadores revela que o consumo nacional de polipropileno para injeção é de cerca de 1.200 t/ano, assim distribuídas entre os vários usuários:

USUÁRIOS	Consumo (t/ano)
Goyana	360
Trol	120
Interplastic	120
Plástico Ideal	150
Atma Paulista	120
Outros	330
	<hr/>
	1.200

FONTE : MIC-CDI/GEIOQUIM.

Afirma-se que a falta de suprimento interno tem iniciado o incremento do emprego de polipropileno no setor de injeção, estimando-se que o seu consumo poderia elevar-se rapidamente ao nível de 3.000 t/ano, desde que houvesse oferta interna segura.

No que diz respeito ao emprego do polipropileno em manufaturas têxteis, a situação no Brasil ainda se encontra inexplicada, não existindo, até agora, qualquer produção industrial nesse setor. Essa situação decorre, principalmente, da inexistência de oferta interna de polipropileno, assim como do hábito generalizado do emprego de embalagens de fibras vegetais ou de papel.

As perspectivas de mudança próxima dessa situação são encaradas como francamente factíveis, à semelhança do que tem ocorrido em outros países mais desenvolvidos, desde que o mercado possa ser suprido de produtos de fabricação interna, passando as embalagens de polipropileno a competir de maneira acentuada e crescente com os produtos similares de fibras vegetais. Entende-se, nesse sentido, que a decisão de converter as atuais fábricas de tecidos de juta/malva - notadamente as que se localizam fora da Região Amazônica - em processadoras de polipropileno poderá ser imposta aos industriais do País em futuro não muito remoto. Vale observar, a propósito, que alguns fabricantes (caso da União Manufatura, por exemplo) já estão modernizando suas instalações industriais, inclusive com vistas a uma eventual conversão de sua linha de produção no sentido das embalagens de polipropileno, o que, tecnicamente, se tornará relativamente facilitado com ligeiras adaptações dos equipamentos fabris.

A fabricação de polipropileno no País se tornará realidade dentro de breve prazo. Concomitantemente com o projeto em execução, da PETROERÁS, de aumentar a produção de propeno da Refinaria Landulpho Alves, na Bahia, ao nível de 56.000 t/ano de propeno de 95%, surgiram interessados em aproveitar essa matéria prima para a produção de polipropileno junto àquela Refinaria, em Aratu, com projetos já encaminhados para seleção da Comissão de Desenvolvimento Industrial, do MIC, visando à produção de 12.000 t/ano de polipropileno por volta de 1971.

Por outro parte, tem-se conhecimento de ter sido apresentado à Comissão de Desenvolvimento Industrial (GFITEX) projeto da SPUMAR - ESPUMA DE NYLON S.A. - INDÚSTRIA E COMÉRCIO, de São Paulo, que opera na linha de produção de fios texturizados (helanca, ban-lon e fantasia), visando a diversificar sua linha de produção, com a introdução de novas linhas ("poly-sac") utilizando inicialmente o polietileno de alta densidade e, futuramente, o polipropileno, para a fabricação dos seguintes produtos:

Fio em forma de fita:

tecidos.....	120
cordas trançadas	60
cordas retorcidas	84
fios de ligadura retorcida....	96
	360

Fio em forma de multifilamento:

liso.....	72
texturizado.....	180
TOTAL.....	612

Por último, conviria chamar a atenção para o fato de que, ao lado da criação da oferta interna de polipropileno, as condições de competição entre essa fibra sintética e as fibras vegetais (juta e malva) estarão dependentes, em larga medida, dos respectivos níveis de preços.

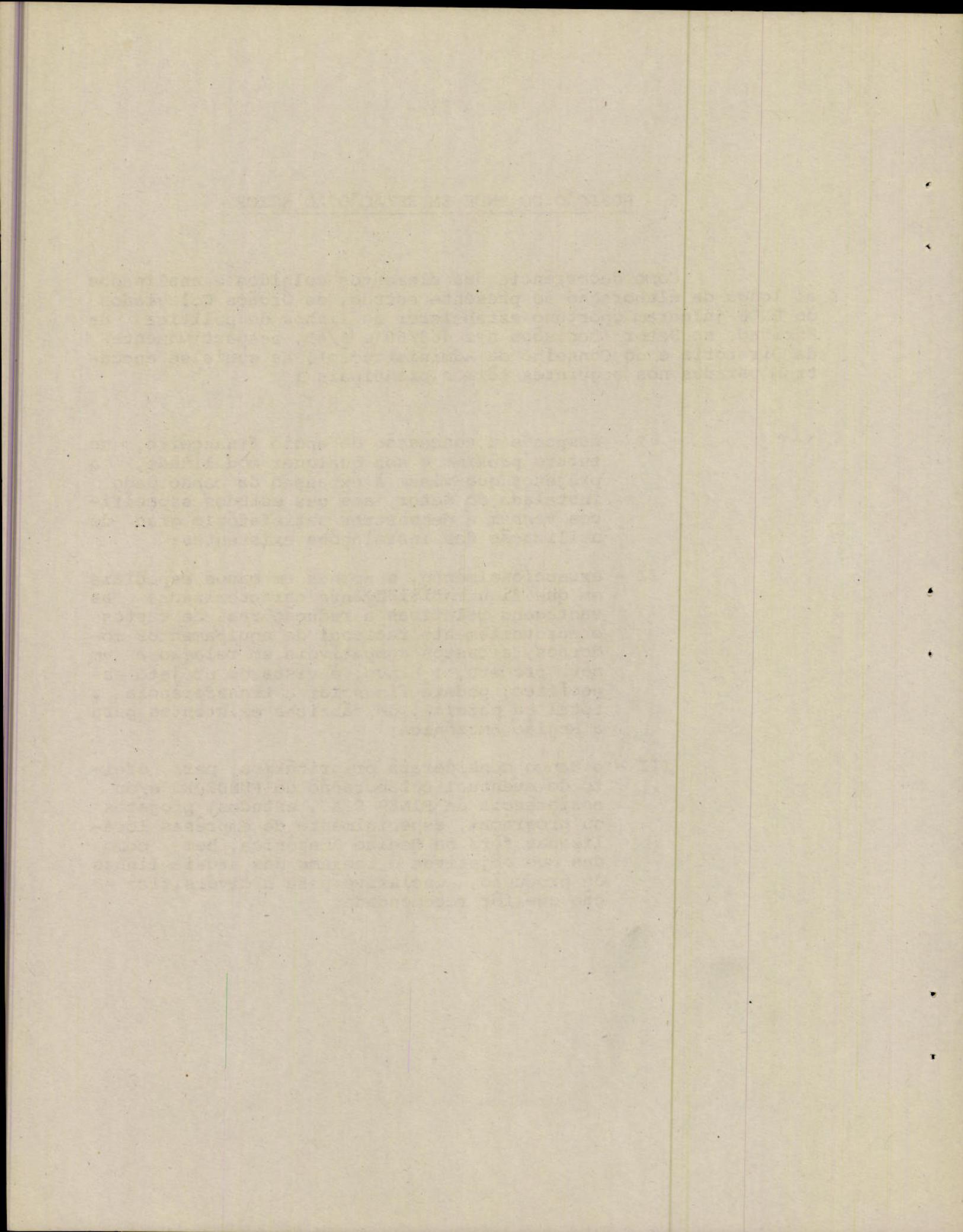
As razões de peso entre 1 saco de fibra sintética e de fibra natural são de cerca de 1/3 e as razões dos preços de venda da matéria-prima sintética e da natural deverão guardar a relação de, aproximadamente, 3 para 1. Considerando que os preços previstos de polipropileno em 1971 - a nível de 1967 - são de Ncr\$ 2,00 a Ncr\$ 2,50 por quilo e os preços atuais da fibra de juta, CIF São Paulo, são da ordem de Ncr\$ 0,70 a Ncr\$ 0,80 por quilo. Verifica-se, pois, que, pelo menos no Centro-Sul do País, os dois produtos deverão encontrar condições de competição.

Observe-se que, no momento, a juta leva ligeira vantagem sobre o polipropileno, pelo fato de o custo deste se encontrar fortemente majorado pelo Imposto de Importação de 50%, incidente sobre o seu preço CIF de importação, já que tal produto ainda não é produzido no País, prevendo-se, porém, sua fabricação a partir de 1971. Tenha-se em conta, por outro lado, que são remotas as possibilidades de apreciável redução nos custos de produção e comercialização de fibras de juta e suas manufaturas.

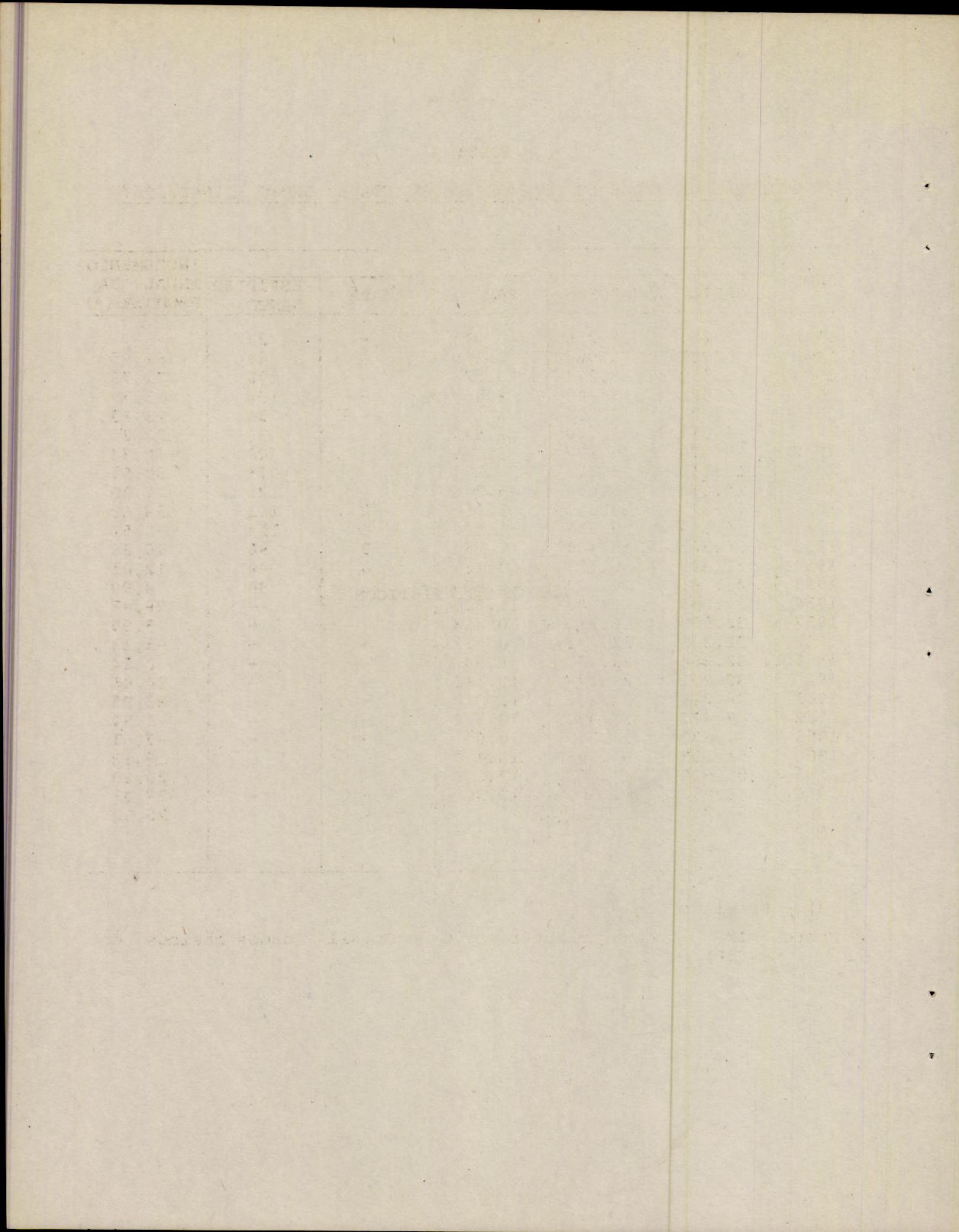
6 - POSIÇÃO DO BNDE EM RELAÇÃO AO SETOR

Como decorrência dos elementos colhidos e analisados ao longo da elaboração do presente estudo, os Órgãos Colegiados do BNDE julgaram oportuno estabelecer as linhas de política da Entidade no Setor (Decisões nos 463/68 e 6/69, respectivamente da Diretoria e do Conselho de Administração), as quais se encontram vazadas nos seguintes termos principais :

- I - suspende a concessão de apoio financeiro, no futuro próximo e sob qualquer modalidade, a projetos que visem à expansão da capacidade instalada do Setor, até que estudos específicos venham a demonstrar satisfatório grau de utilização das instalações existentes;
- II - excepcionalmente, e apenas em casos especiais em que fiquem nítidamente caracterizadas as vantagens relativas à redução real de custos e aproveitamento racional de equipamentos modernos, a custos compatíveis em relação a um novo projeto, o Banco, à vista de projeto específico, poderá financiar a transferência, total ou parcial, de fábricas existentes para a Região Amazônica;
- III - o Banco considerará prioritários, para efeito de eventual colaboração do FUNDEPRO e/ou assistência da FINEP S.A., estudos, projetos ou programas, especialmente de empresas localizadas fóra da Região Amazônica, bem como das que objetivem o reexame das atuais linhas de produção, inclusive para a diversificação que fôr recomendada.



ANEXOS ESTATÍSTICOS



ANEXO I

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO BRASILEIRA DE JUTA EM BRUTO - 1942/1967

ANOS	BRASIL	AMAZONAS	PARÁ	AMAPÁ	ESPIRITO SANTO	INCREMENTO ANUAL DA PRODUÇÃO (%)
1942	3.204	2.256	915	-	33	-
1943	5.221	2.982	2.199	-	40	62,95
1944	6.357	3.212	3.009	-	136	21,76
1945	6.598	3.605	2.859	-	134	3,79
1946	8.124	4.596	3.492	-	36	23,13
1947	6.317	3.739	2.548	-	30	-22,24
1948	9.370	5.187	4.135	-	48	48,33
1949	13.110	8.111	4.924	-	75	39,91
1950	14.054	8.664	5.264	-	126	7,20
1951	22.322	13.547	8.664	0	111	58,83
1952	14.840	9.802	4.920	6	112	-33,52
1953	20.821	13.403	7.264	58	96	40,30
1954	23.322	16.127	7.139	8	48	12,01
1955	24.466	14.484	9.930	22	30	4,90
1956	31.665	20.006	11.659	-	-	29,42
1957	32.929	22.111	10.818	-	-	3,99
1958	31.240	22.222	9.018	-	-	-5,13
1959	32.284	23.484	8.800	-	-	0,14
1960	38.891	28.773	10.118	-	-	20,46
1961	48.219	37.202	11.017	-	-	23,98
1962	47.477	33.902	13.575	-	-	-1,54
1963	44.122	33.245	10.877	-	-	-7,07
1964	51.235	37.565	13.670	-	-	16,12
1965	61.585	47.687	13.898	-	-	20,20
1966	44.457	31.501	12.956	-	-	-27,81
1967	56.238	-	-	26,50
(*)						

(*) - Previsão

Fonte: IBGE - "Anuário Estatístico do Brasil" (dados básicos do SEP).

122

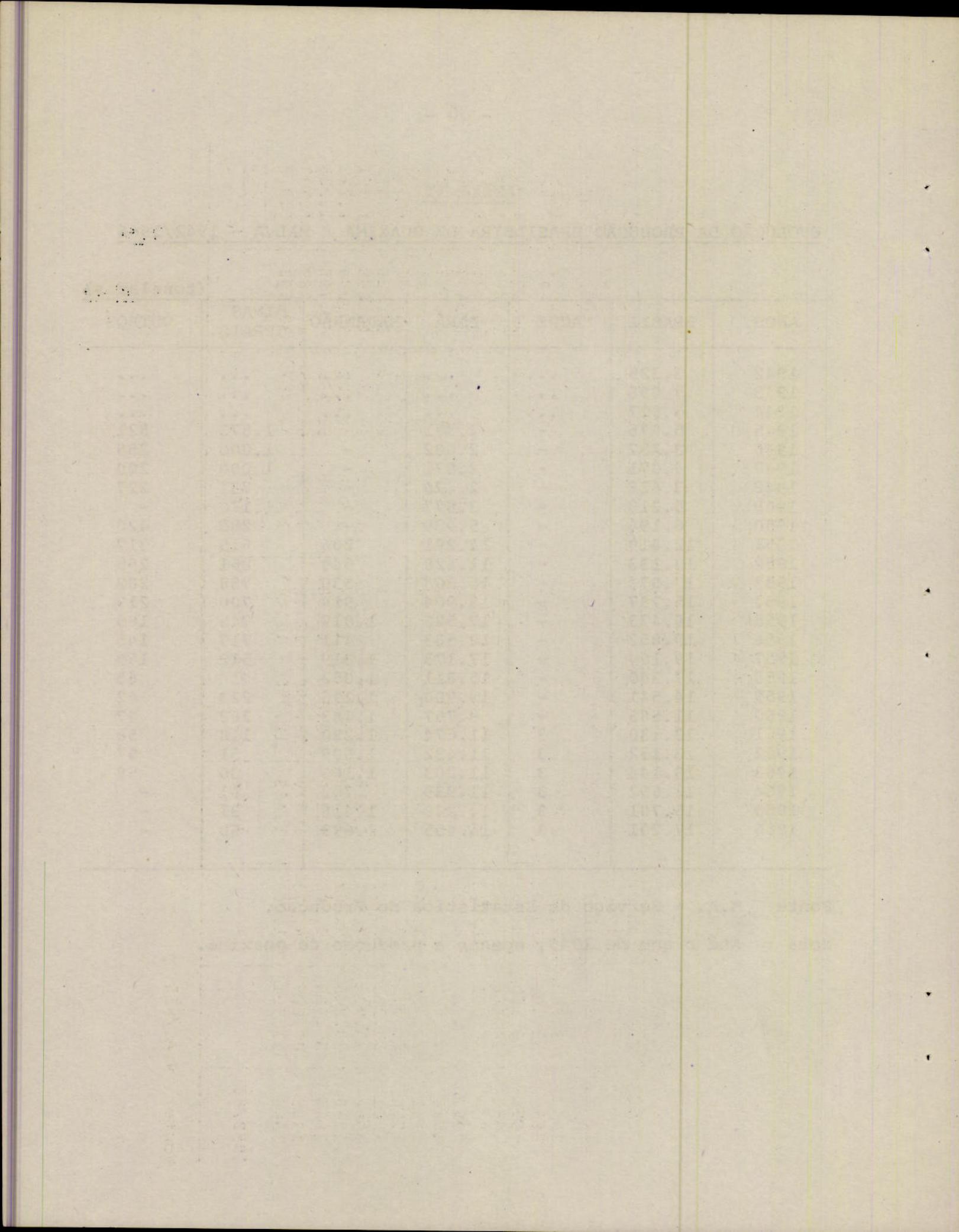
ANEXO II

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO BRASILEIRA DE GUAXIMA E MALVA - 1942/1966

ANOS	BRASIL	ACRE	PARÁ	MARANHÃO	MINAS GERAIS	OUTROS	(toneladas)
1942	3.325
1943	7.098
1944	5.917
1945	5.075	-	2.381	-	1.873	821	
1946	3.257	-	2.002	-	1.000	255	
1947	4.071	-	2.871	-	1.000	200	
1948	3.428	-	2.470	-	731	227	
1949	5.218	-	3.877	-	1.170	-	
1950	6.194	-	5.489	-	285	420	
1951	12.419	-	11.281	206	615	317	
1952	13.133	-	11.428	549	861	295	
1953	17.874	-	16.304	530	758	282	
1954	15.737	-	13.904	914	700	219	
1955	19.473	-	17.526	1.017	745	185	
1956	19.852	-	18.583	411	713	145	
1957	19.164	-	17.173	1.319	512	160	
1958	17.340	-	15.811	1.052	414	63	
1959	14.541	-	12.980	1.296	223	42	
1960	11.585	-	9.767	1.483	288	47	
1961	13.130	3	11.674	1.280	118	58	
1962	13.152	3	11.432	1.609	51	57	
1963	13.144	3	11.883	1.166	36	59	
1964	12.692	3	11.939	709	41	-	
1965	15.701	3	14.249	1.418	31	-	
1966	17.201	3	15.455	1.693	50	-	

Fonte: M.A. - Serviço de Estatística de Produção.

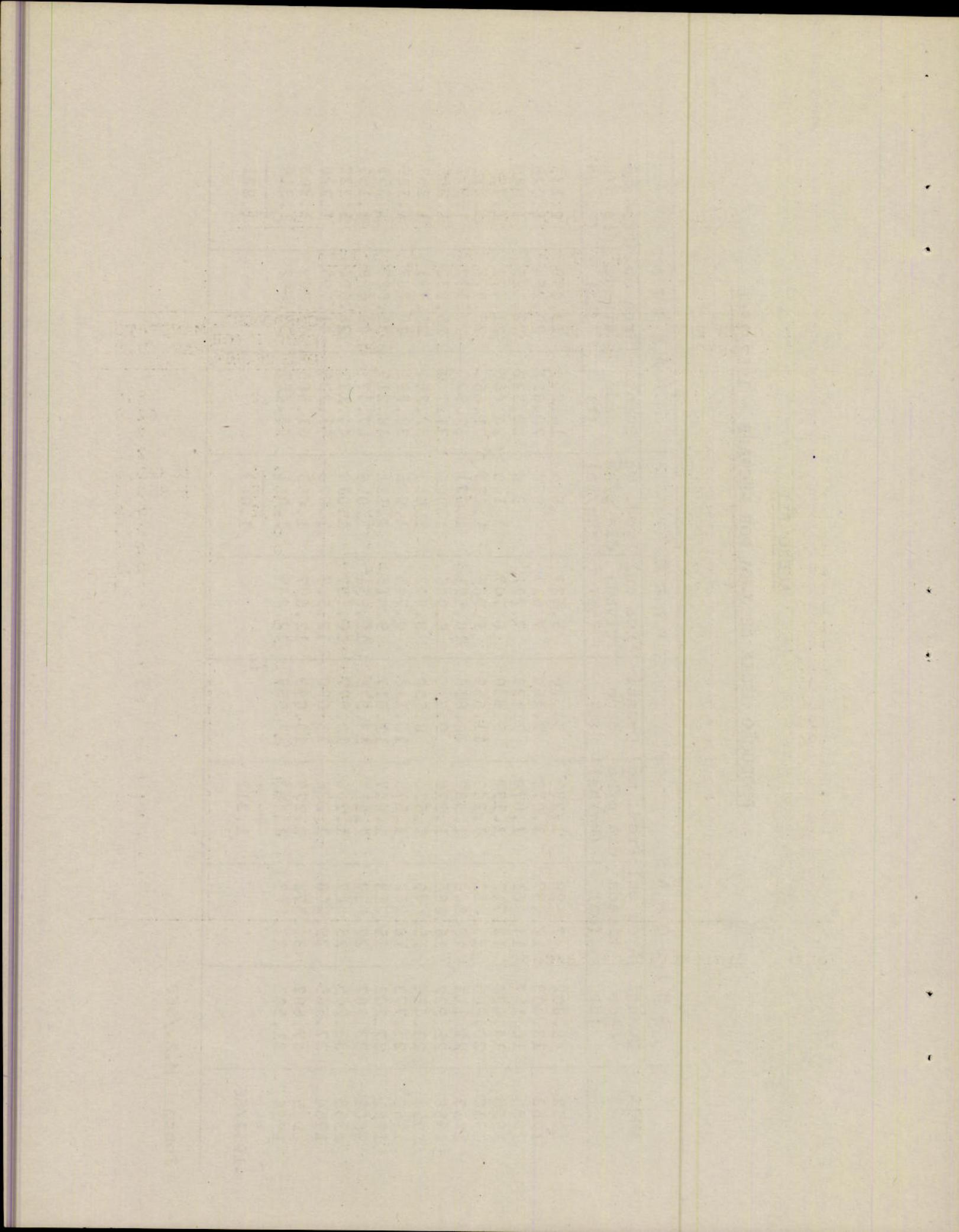
Nota : Até o ano de 1949, apenas a produção de guaxima.



ANEXO III
PRODUÇÃO MÉDIA DE JUTA POR HECTARE - 1952/1966

ANOS	A M A Z O N A S			P A R Á			B R A S I L		
	Quantidade (t)	Área culti- vada (ha)	Prod. mé- dia P/ha (kg/ha)	Quantida- de (t)	Área cul- tivada (ha)	Prod. mé- dia p/ha (kg/ha)	Quantida- de (t)	Área cul- tivada (ha)	Prod. mé- dia p/ha (kg/ha)
1952	9.802	7.698	1.273	4.920	5.627	874	14.840	13.098	1.135
1953	13.403	12.487	1.072	7.264	7.617	954	20.821	20.254	1.028
1954	16.127	14.961	1.078	7.139	7.292	979	23.322	22.325	1.045
1955	14.484	12.712	1.139	9.930	8.707	1.140	24.466	21.471	1.135
1956	20.006	16.012	1.249	11.659	9.966	1.170	31.665	25.978	1.218
1957	22.111	16.546	1.336	10.818	10.591	1.021	32.929	27.137	1.213
1958	22.222	16.886	1.316	9.018	8.946	1.008	31.240	25.832	1.209
1959	23.484	15.449	1.520	8.800	8.342	1.055	32.284	23.791	1.357
1960	28.773	18.262	1.575	16.118	9.745	1.038	38.891	28.007	1.389
1961	37.202	25.713	1.447	11.017	9.915	1.111	48.219	35.628	1.353
1962	33.902	27.837	1.218	13.575	12.851	1.056	47.477	40.688	1.167
1963	33.245	25.407	1.303	10.877	10.687	1.018	44.122	36.094	1.222
1964	37.565	29.208	1.286	13.670	12.587	1.086	51.235	41.795	1.226
1965	47.687	34.572	1.379	13.898	12.697	1.095	61.585	47.269	1.303
1966	31.501	21.243	1.483	12.956	12.449	1.041	44.457	33.692	1.319
1952/66			1.312			1.043		1.221	

Fonte: M.A./SEP



ANEXO IV

EVOLUÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE JUTA

E SUAS MANUFATURAS - 1942/1967

ANOS	JUTA EM BRUTO	JUTA EM FIO	JUTA N.E.	SACOS DE JUTA	CORDOALHA, CABO E COR- DÉIS DE JUTA	MANUFATU- RAS N.E.
1942	8.704	--	--	--	1,0	8,0
1943	8.275	--	--	--	0	62,9
1944	16.207	--	--	--	--	7,2
1945	12.958	--	22,3	--	0	2,2
1946	12.958	34,3	0,6	--	0,4	1.322,9
1947	10.457	32,5	0,7	--	2,5	1.950,4
1948	27.760	160,7	34,7	1.111,2	0,2	5,6
1949	9.641	141,1	0	11,0	0	0,3
1950	5.347	--	0	1,1	0	0,5
1951	10.955	--	0,4	14,3	--	0,1
1952	16.530	--	--	11,5	--	0,3
1953	--	--	--	--	--	--
1954	--	--	--	6,8	0	--
1955	--	--	--	19,3	0	--
1956	--	--	--	4,5	1,2	--
1957	--	--	--	15,7	--	--
1958	--	--	--	1,2	--	--
1959	--	--	--	--	--	--
1960	--	--	--	--	0	--
1961	--	--	--	--	--	--
1962	--	--	--	--	--	--
1963	--	--	--	--	0,3	--
1964	--	0,5	--	7,1	--	--
1965	--	--	--	7,1	--	--
1966	--	--	--	--	--	--
1967	--	--	--	--	--	--

Fonte: Ministério da Fazenda, SEEF.

ANEXO V

VALOR DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS
DO SETOR PRIMÁRIO - 1960/1966

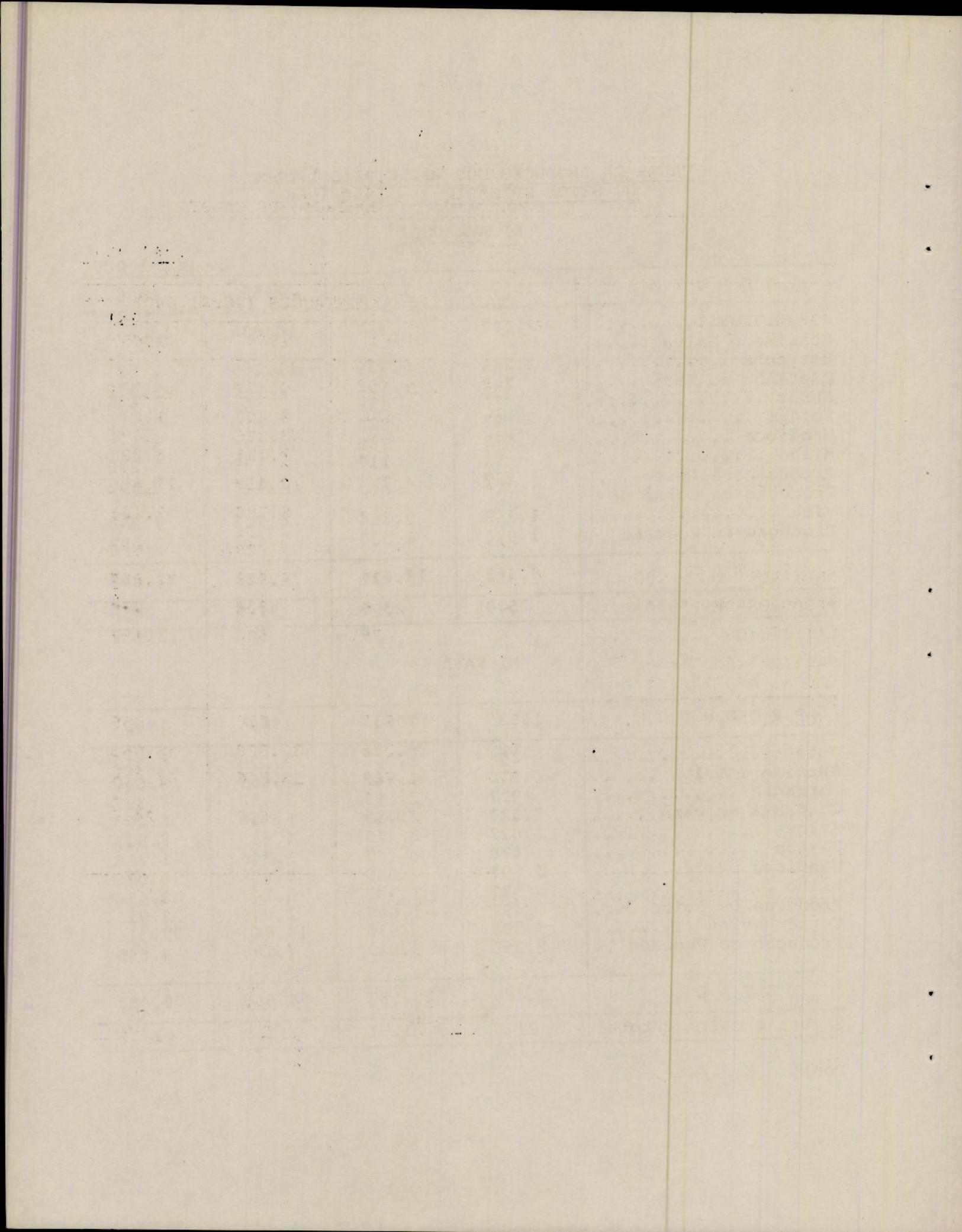
a) AMAZONAS

PRODUTOS	1963	1964	1965	1966
Juta	2.097	4.367	10.836	13.241
Guaxima e Malva	-	-	-	-
Borracha	2.244	6.939	11.189	7.521
Castanha do Pará	742	1.452	2.840	5.372
Arroz	66	126	154	228
Feijão	94	220	419	418
Mandioca	579	789	14.474	3.147
Milho	51	117	138	278
Produção de Leite	237	784	1.136	2.602
Produção de Carne Bo- vina	1.246	2.284	4.343	7.858
Produção de Pescado ..	1.026	1.537	2.422	2.582
T O T A L	8.383	18.616	34.952	43.248
% da juta no total	25,0	23,5	31,0	30,6

b) PARÁ

PRODUTOS	1963	1964	1965	1966
Juta	858	1.962	2.979	6.332
Guaxima e Malva	958	1.509	3.657	5.040
Borracha	927	2.199	3.454	4.387
Castanha do Pará	1.124	2.458	5.058	6.263
Arroz	1.827	2.410	4.655	8.533
Feijão	478	747	1.346	1.268
Mandioca	3.008	4.339	7.838	8.026
Milho	935	1.587	3.148	3.478
Produção de Leite	497	1.005	1.646	2.915
Carne Bovina	3.508	6.535	14.669	23.316
Produção de Pescado ..	2.365	3.832	7.108	9.845
T O T A L	12.485	28.583	55.559	79.403
% juta e malva s/total	11,0	12,1	11,9	14,2

Fonte: M.A./SEP.



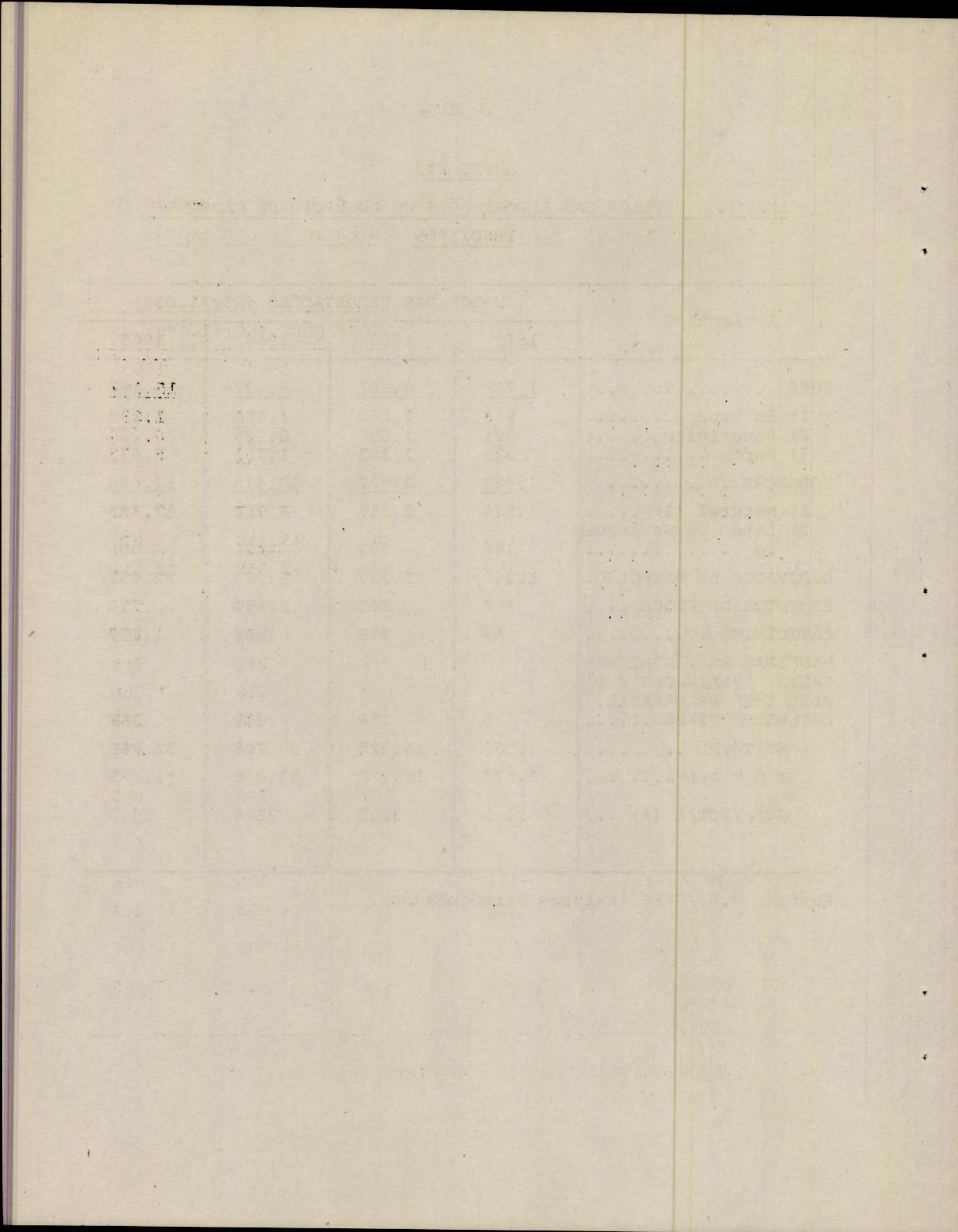
ANEXO VI

AMAZONAS: VALOR DAS EXPORTAÇÕES NO COMÉRCIO DE CABOTAGEM

1960/1965

MERCADORIAS	VALOR DAS EXPORTAÇÕES (NCr\$1.000)			
	1960	1963	1964	1965
JUTA	<u>1.758</u>	<u>5.401</u>	<u>9.477</u>	<u>15.197</u>
1) Em bruto	908	2.260	4.400	1.838
2) Beneficiada	521	1.896	3.326	6.484
3) Sacos	329	1.245	1.751	6.875
BORRACHA	<u>1.681</u>	<u>3.822</u>	<u>10.418</u>	<u>17.696</u>
1) Natural (1)	1.576	3.513	9.790	17.188
2) Latex de Seringueira	105	309	628	508
DERIVADOS DE PETRÓLEO.	1.344	5.227	9.928	22.857
PRODUTOS DE PESCA	100	340	302	770
LATICÍNIOS	65	278	504	1.187
MADEIRAS EM TÁBOAS SERRADAS, APLAINADAS E SIMPLÉSMENTE PREPARADAS, EXCLUSIVE PINHO	5	159	278	356
SUBTOTAL	4.955	15.228	30.908	58.065
T O T A L	5.574	16.782	33.846	61.845
JUTA/TOTAL (%) ...	31,5	32,2	28,0	24,6

Fonte: M.F./SEEF (valores arredondados).



ANEXO VII

PARÁ: VALOR DAS EXPORTAÇÕES NO COMÉRCIO DE CABOTAGEM
1960/1965

MERCADORIAS	VALOR DAS EXPORTAÇÕES (Ncr\$1.000)			
	1960	1963	1964	1965
JUTA	<u>710</u>	<u>1.602</u>	<u>3.410</u>	<u>7.839</u>
1) Em bruto	657	1.571	3.301	7.347
2) Sacos	53	31	109	492
GUAXIMA, ARAMINA E SEMELHANTES EM BRUTO ...	990	2.197	3.517	12.777
BORRACHA	<u>2.113</u>	<u>6.348</u>	<u>15.148</u>	<u>24.017</u>
1) Natural (1)	1.768	5.090	12.559	22.111
2) Latex de Serin - gueira	345	1.258	2.589	1.906
PIMENTA EM GRÃO ETC. .	326	484	239	159
LATICÍNIOS	54	151	254	446
ARROZ SEM CASCA	162	862	716	1.780
FARINHA DE MANDIOCA ..	235	89	65	240
FARINHA DE TRIGO	67	192	454	499
AÇUCAR DE CANA, REFINADO OU NÃO	62	199	780	815
MADEIRAS EM TÁBOAS SERRADAS, APLAINADAS E SIMPLISMENTE PREPARADAS, EXCLUSIVE PINHO	111	243	369	666
SUBTOTAL	4.836	12.371	24.955	49.242
T O T A L	7.098	18.831	39.509	74.460
JUTA/TOTAL (%) ...	10,0	8,5	8,6	10,5

Fonte: M.F./SEEF (valores arredondados).

ANEXO VIII

INDÚSTRIA BRASILEIRA DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE JUTA/MALVA

Situação em 31.12.1967

FABRICANTES	CAPACIDADE INSTALADA EFETIVA *) (t/ano)	
	Em 1967	Em 1968
<u>NORTE</u>	<u>30.600</u>	<u>48.000</u>
Amazonas	13.000	24.200
1. Cia. Brasileira de Fiação e Tecelagem de Juta - BRASILJUTA	8.000	8.000
2. Tecelagem T. Medeiros - Imp.e Exp.S.A.	1.000	4.200
3. Fiação e Tecelagem de Juta da Amazônia S.A.-FITESUL	4.000	4.000
4. Fábrica de Tecidos Matinha S.A.	-	4.000
5. Cia. Fabril de Juta Parintins - FABRIL JUTA	-	4.000
Pará	17.600	23.800
6. Cia. Amazônia Têxtil de Aniagem - CATA	8.000	8.000
7. Cia. de Fiação e Tecelagem de Juta de Santarém - TECEJUTA	8.200	7.400 **)
8. Pedro Carneiro S.A. - Indústria e Com.	4.000	4.000
9. Fábrica N.S. de Fátima	1.400	1.400
10. Fábrica Perseverança - Ind.Martins Jorge S.A.	1.000	1.000
11. Cia. Têxtil de Castanhal	-	2.000
<u>NORDESTE</u>	<u>9.200</u>	<u>9.200</u>
Maranhão	1.200	1.200
12. Cia. de Fiação e Tecidos de Cânhamo ..	1.200	1.200
Pernambuco	7.000	7.000
13. Cia.Têxtil de Aniagem	3.000	3.000
14. Cia.Fábrica Yolanda	3.000	3.000
15. Textifrício Santa Maria S.A.	1.000	1.000
Bahia	1.000	1.000

*) Considerando-se 3 turnos/dia e 300 dias/ano de regime de trabalho; para as fábricas dotadas de equipamentos antigos a capacidade efetiva foi calculada em regimes de trabalho diferentes.

**) Incl. a transferência de equipamentos da Cia.Nacional de Tecidos S. Francisco Xavier, GB.

ANEXO VIII (continuação)

FABRICANTES	CAPACIDADE INSTALADA EFETIVA (t/ano)	
	Em 1967	Em 1968
<u>SUDESTE</u>	<u>33.600</u>	<u>34.000</u>
Espírito Santo	2.000	2.000
17. Cia. União Manufatura de Tecidos	2.000	2.000
<u>Rio de Janeiro</u>	<u>6.000</u>	<u>6.000</u>
18. Cia. União Manufatura de Tecidos	6.000	6.000
<u>Guanabara</u>	<u>5.000</u>	<u>5.000</u>
19. Fábrica São Luiz Durão S.A.	3.000	3.000
20. Fábrica de Tecidos Santo Antônio S.A..	2.000	2.000
<u>São Paulo</u>	<u>20.600</u>	<u>20.600</u>
21. Cia. Jauense Industrial	8.000	8.000
22. Cia. Anglo Brasileira de Juta	4.000	4.000
23. Fiação e Tecelagem de Juta Amazônia - FITESUL - II *)	4.000	4.000
24. Cia. de Aniagem Caçapava	1.600	2.000
25. Jutifício Maria Luiza S.A.	2.000	2.000
26. Fiação e Tecelagem de Juta S.A.	1.000	1.000
<u>EXTREMO SUL</u>	<u>6.800</u>	<u>6.800</u>
<u>Paraná</u>	<u>3.000</u>	<u>3.000</u>
27. S.A. Indústrias Reunidas F.Matarazzo..	3.000	3.000
<u>Rio Grande do Sul</u>	<u>3.800</u>	<u>3.800</u>
28. Arrozeira Brasileira S.A.	3.000	3.000
29. Jutifício Passofundense S.A.	800	800
T O T A L :	80.200	98.000

*) Tem projeto de transferência para a Amazônia.

ANEXO IX

FABRICANTES DE MANUFATURAS DE JUTA/MALVA QUE PARALIZARAM
SUAS ATIVIDADES - SITUAÇÃO EM 31.12.1967

FABRICANTES	CAPACIDADE INSTALADA DE PRODUÇÃO (t/ano)	
	Nominal	Efetiva
<u>GUANABARA</u>		
Cia. Nacional de Tecidos São Francisco Xavier	2.000	1.000
<u>SÃO PAULO</u>		
Cia. Industrial de Juta	3.600	2.000
Fiação e Tecelagem de Juta Santa Isabel..	1.600	1.000
Indústrias Reunidas Santa Rita S.A.	1.500	1.000
Jutifício São Francisco S.A.	3.600	2.000
Ibicatú - Agro Industrial S.A.	4.400	1.500
<u>RIO GRANDE DO SUL</u>		
Jutifício Chaves S.A.	2.000	1.000
T O T A L	18.700	9.500

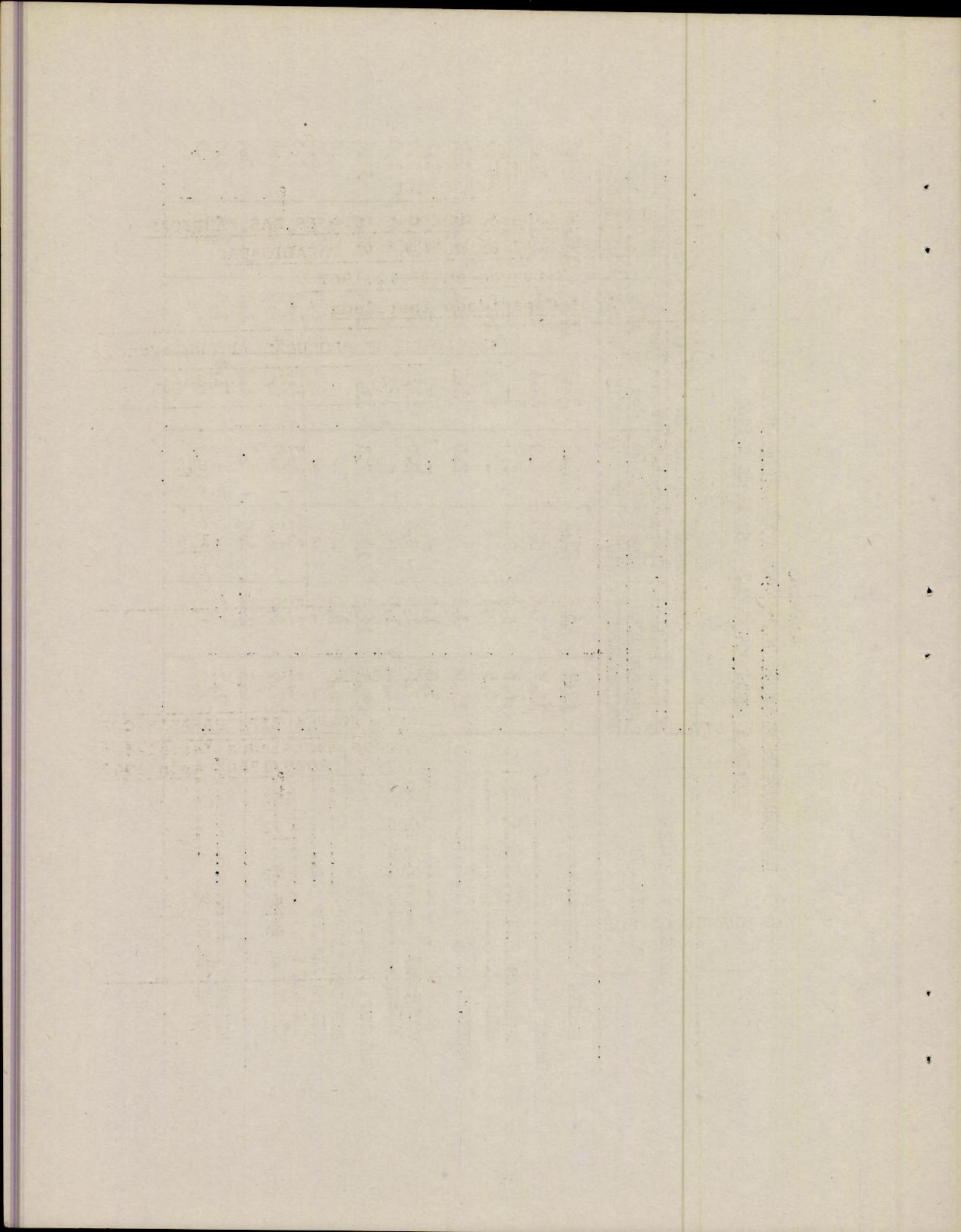
ANEXO X

NÚMERO DE TEARES INSTALADOS NA INDÚSTRIA TÊXTIL DE JUTA/MALVA,
SEGUNDO O TIPO E A DATA DE INSTALAÇÃO - 1967

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TEARES COM LANÇADEIRA			TEARES SEM LANÇADEIRA		
	Até 1940	Entre 1940/1960	Após 1960	Até 1940	Entre 1940/1960	Após 1960
BRASIL	2.365	490	100	-	24	686
NORTE	357	120	100	-	-	320
Amazonas	130	120	-	-	-	80
Pará	227	-	100	-	-	240
NORDESTE	603	-	-	-	24	66
Maranhão	120	-	-	-	-	-
Pernambuco	307	-	-	-	24	66
Bahia	176	-	-	-	-	-
SUDESTE	1.169	272	-	-	-	264
Espírito Santo	100	-	-	-	-	-
Rio de Janeiro	-	-	-	-	-	120
Guanabara	370	40	-	-	-	24
São Paulo	699	232	-	-	-	120
SUL	236	98	-	-	-	36
Paraná	54	-	-	-	-	36
Rio Grande do Sul ..	182	98	-	-	-	-

ANEXO XI
CAPACIDADE DE PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA TÊXTIL DE JUTA/IALVA
SEGUNDO A IDADE DOS TEARES INSTALADOS - 1967.

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	CAPACIDADE INSTALADA EM 1967 (1.000 t/ano)						TOTAL GERAL		
	Teares instalados ate 1940	NOMINAL	EFEITIVA	Teares instalados 1940/1960	NOMINAL	EFEITIVA	Teares instalados apois 1960	NOMINAL	EFEITIVA
BRASIL	62,7	26,8	23,3	19,8	36,8	33,6	122,8	80,4	80,4
NORTE	12,5	7,4	5,0	3,0	18,4	15,2	38,9	20,6	20,6
AMAZONAS	6,0	5,0	8,0	8,0	-	-	14,0	13,0	13,0
PARA	6,5	2,4	-	-	18,4	15,2	24,9	17,6	17,6
NORDESTE	15,0	3,8	2,0	2,0	3,4	3,4	20,4	2,2	2,2
MARANHÃO	3,0	1,2	-	-	3,4	3,4	-	3,0	1,2
PERNAMBUCO	7,6	1,6	2,0	2,0	-	-	13,0	7,0	7,0
BAHIA	4,4	1,0	-	-	-	-	4,4	1,0	1,0
SUDESTE	29,3	12,9	10,3	7,5	13,2	13,2	52,8	23,6	23,6
ESPIRITO SANTO	2,5	2,0	-	-	6,0	6,0	-	2,5	2,5
RIO DE JANEIRO	-	-	-	-	1,5	1,2	1,2	6,0	6,0
GUANABARA	9,2	2,3	2,0	1,5	6,0	6,0	6,0	12,4	5,0
SÃO PAULO	17,6	8,6	8,3	6,0	2,3	1,8	1,8	31,9	20,6
SUL	5,9	2,7	2,0	-	1,8	1,8	1,8	10,7	6,8
PARANÁ	1,2	1,2	1,5	3,0	2,3	2,3	-	3,0	3,0
RIO GRANDE DO SUL	4,7	1,5	-	-	-	-	-	7,7	3,8



ANEXO XII

CAPACIDADE INSTALADA E NÚMERO DE TEAPES DAS FÁBRICAS
DE MANUFATURAS DE JUTA/MALVA PARALISADAS

Situação em 31.12.1967

a) Capacidade Instalada

LOCALIZAÇÃO	CAPACIDADE DE PRODUÇÃO (1.000 t/ano)	
	NOMINAL	EFETIVA
BRASIL	18,7	9,5
SUDESTE	16,7	8,5
GUANABARA	2,0	1,0
SÃO PAULO	14,7	7,5
SUL	2,0	1,0
RIO GRANDE DO SUL	2,0	1,0

Ver relação no ANEXO IX.

b) Número de Teares

LOCALIZAÇÃO	NÚMERO DE TEARES C/LANÇADEIRA PARALISADOS			
	Total	Instalados até 1940	Instalados 1940/1960	Instalados após 1960
BRASIL	788	636	152	-
SUDESTE	708	636	72	-
GUANABARA	68	68	-	-
SÃO PAULO	640	568	72	-
SUL	80	-	80	-
RIO GRANDE DO SUL .	80	-	80	-

ANEXO XIII

EVOLUÇÃO PREVISTA DA CAPACIDADE DE PRODUÇÃO INSTALADA DA
INDÚSTRIA TÊXTIL DE JUTA/MALVA, SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO

1967/1971

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	CAPACIDADE DE PRODUÇÃO INSTALADA(1.000 t/ano) (*)							
	Em 1967		Em 1968		Em 1969		Em 1970/71	
Nomi- nal	Efeti- va	Nomi- nal	Efeti- va	Nomi- nal	Efeti- va	Nomi- nal	Efeti- va	
BRASIL	122,8	80,2	124,8	88,4	130,8	94,4	135,4	98,0
NORTE	38,9	30,6	43,5	38,4	49,5	44,4	54,1	48,0
Amazonas	14,0	13,0	16,6	15,6	22,6	21,6	25,2	24,2
Pará	24,9	17,6	26,9	22,8	26,9	22,8	28,9	23,8
NORDESTE	20,4	9,2	20,4	9,2	20,4	9,2	20,4	9,2
Maranhão	3,0	1,2	3,0	1,2	3,0	1,2	3,0	1,2
Pernambuco	13,0	7,0	13,0	7,0	13,0	7,0	13,0	7,0
Bahia	4,4	1,0	4,4	1,0	4,4	1,0	4,4	1,0
SUDESTE	52,8	33,6	50,2	34,0	50,2	34,0	50,2	34,0
Espírito Santo .	2,5	2,0	2,5	2,0	2,5	2,0	2,5	2,0
Rio de Janeiro .	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0
Guanabara	12,4	5,0	12,4	5,0	12,4	5,0	12,4	5,0
São Paulo	31,9	20,6	29,3	21,0	29,3	21,0	29,3	21,0
SUL	10,7	6,8	10,7	6,8	10,7	6,8	10,7	6,8
Paraná	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0
R.Grande do Sul.	7,7	3,8	7,7	3,8	7,7	3,8	7,7	3,8

Fonte: BNDE/DEE - Questionário FNDE sobre o Mercado Brasileiro de Manufaturas de Juta e informações do Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem (GB).

(*) - Para a capacidade nominal foram considerados 3 turnos de 8 horas e 300 dias/ano de regime de trabalho. Para a determinação da capacidade efetiva os equipamentos de idade mais avançada tiveram seu regime de trabalho reduzido a 1 turno.

—
—

ANEXO XIV

PREVISÃO DA CAPACIDADE DE PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA TÊXTIL DE
JUTA/MALVA, SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO E A IDADE DOS EQUIPAMENTOS
(TEARES) INSTALADOS - 1968

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	CAPACIDADE DE PRODUÇÃO SEGUNDO A IDADE DOS TEARES (1.000 t/ano)							
	Inst. até 1940		Inst. entre 1940/1960		Inst. após 1960		TOTAL GERAL	
	Nomi- nal	Efeti- va	Nomi- nal	Efeti- va	Nomi- nal	Efeti- va	Nomi- nal	Efeti- va
BRASIL	<u>58,1</u>	<u>25,2</u>	<u>23,3</u>	<u>19,8</u>	<u>43,4</u>	<u>43,4</u>	<u>124,8</u>	<u>88,4</u>
NORTE	<u>12,5</u>	<u>7,4</u>	<u>8,0</u>	<u>8,0</u>	<u>23,0</u>	<u>23,0</u>	<u>43,5</u>	<u>38,4</u>
Amazonas	6,0	5,0	8,0	8,0	2,6	2,6	16,6	15,6
Pará	6,5	2,4	-	-	20,4	20,4	26,9	22,8
NORDESTE	<u>15,0</u>	<u>3,8</u>	<u>2,0</u>	<u>2,0</u>	<u>3,4</u>	<u>3,4</u>	<u>20,4</u>	<u>9,2</u>
Maranhão	3,0	1,2	-	-	-	-	3,0	1,2
Pernambuco	7,6	1,6	2,0	2,0	3,4	3,4	13,0	7,0
Bahia	4,4	1,0	-	-	-	-	4,4	1,0
SUDESTE	<u>24,7</u>	<u>11,3</u>	<u>10,3</u>	<u>7,5</u>	<u>15,2</u>	<u>15,2</u>	<u>50,2</u>	<u>34,0</u>
Espírito Santo .	2,5	2,0	-	-	-	-	2,5	2,0
Rio de Janeiro .	--	-	-	-	6,0	6,0	6,0	6,0
Guanabara	9,2	2,3	2,0	1,5	1,2	1,2	12,4	5,0
São Paulo	13,0	7,0	8,3	6,0	8,0	8,0	29,3	21,0
SUL	<u>5,9</u>	<u>2,7</u>	<u>3,0</u>	<u>2,3</u>	<u>1,8</u>	<u>1,8</u>	<u>10,7</u>	<u>6,8</u>
Paraná	1,2	1,2	-	-	1,8	1,8	3,0	3,0
R.Grande do Sul.	4,7	1,5	3,0	2,3	-	-	7,7	3,8

2.02V

2.02V

ANEXO XV

PREVISÃO DA CAPACIDADE DE PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA TÊXTIL DE
JUTA/MALVA, SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO E A IDADE DOS EQUIPAMENTOS
(TEARES) INSTALADOS - 1969

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	CAPACIDADE DE PRODUÇÃO PREVISÃO SEGUNDO A IDADE DOS TEARES (1.000 t/ano)							
	Inst. até 1940		Inst. entre 1940/1960		Inst. após 1960		TOTAL GERAL	
	Nomi- nal	Efeti- va	Nomi- nal	Efeti- va	Nomi- nal	Efeti- va	Nomi- nal	Efeti- va
BRASIL	<u>58,1</u>	<u>25,2</u>	<u>23,3</u>	<u>19,8</u>	<u>49,4</u>	<u>49,4</u>	<u>130,8</u>	<u>94,4</u>
NORTE	<u>12,5</u>	<u>7,4</u>	<u>8,0</u>	<u>8,0</u>	<u>29,0</u>	<u>29,0</u>	<u>49,5</u>	<u>44,4</u>
Amazonas	6,0	5,0	8,0	8,0	8,6	8,6	22,6	21,6
Pará	6,5	2,4	-	-	20,4	20,4	26,9	22,8
NORDESTE	<u>15,0</u>	<u>3,8</u>	<u>2,0</u>	<u>2,0</u>	<u>3,4</u>	<u>3,4</u>	<u>20,4</u>	<u>9,2</u>
Maranhão	3,0	1,2	-	-	-	-	3,0	1,2
Pernambuco	7,6	1,6	2,0	2,0	3,4	3,4	13,0	7,0
Bahia	4,4	1,0	-	-	-	-	4,4	1,0
SUDESTE	<u>24,7</u>	<u>11,3</u>	<u>10,3</u>	<u>7,5</u>	<u>15,2</u>	<u>15,2</u>	<u>50,2</u>	<u>34,0</u>
Espírito Santo..	2,5	2,0	-	-	-	-	2,5	2,0
Rio de Janeiro..	-	-	-	-	6,0	6,0	6,0	6,0
Guanabara	9,2	2,3	2,0	1,5	1,2	1,2	12,4	5,0
São Paulo	13,0	7,0	8,3	6,0	8,0	8,0	29,3	21,0
SUL	<u>5,9</u>	<u>2,7</u>	<u>3,0</u>	<u>2,3</u>	<u>1,8</u>	<u>1,8</u>	<u>10,7</u>	<u>6,8</u>
Paraná	1,2	1,2	-	-	1,8	1,8	3,0	3,0
R.Grande do Sul.	4,7	1,5	3,0	2,3	-	-	7,7	3,8

25 AUGUST 1942
WATERFOWL COUNT

ANEXO XVI

PREVISÃO DA CAPACIDADE DE PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA TÊXTIL DE
JUTA/MALVA, SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO E A IDADE DOS EQUIPAMENTOS
(TEARES) INSTALADOS - 1970/1971

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	CAPACIDADE DE PRODUÇÃO PREVISTA SEGUNDO A IDADE DOS TEARES (1.000 t/ano)							
	Inst. até 1940		Inst. entre 1940/1960		Inst. após 1960		TOTAL GERAL	
	Nomi- nal	Efeti- va	Nomi- nal	Efeti- va	Nomi- nal	Efeti- va	Nomi- nal	Efeti- va
BRASIL	<u>60,1</u>	<u>26,2</u>	<u>23,3</u>	<u>19,8</u>	<u>52,0</u>	<u>52,0</u>	<u>135,4</u>	<u>98,0</u>
NORTE	<u>14,5</u>	<u>8,4</u>	<u>8,0</u>	<u>3,0</u>	<u>31,6</u>	<u>31,6</u>	<u>54,1</u>	<u>48,0</u>
Amazonas	6,0	5,0	8,0	8,0	11,2	11,2	25,2	24,2
Pará	8,5	3,4	-	-	20,4	20,4	28,9	23,8
NORDESTE	<u>15,0</u>	<u>3,8</u>	<u>2,0</u>	<u>2,0</u>	<u>3,4</u>	<u>3,4</u>	<u>20,4</u>	<u>9,2</u>
Maranhão	3,0	1,2	-	-	-	-	3,0	1,2
Pernambuco	7,6	1,6	2,0	2,0	3,4	3,4	13,0	7,0
Bahia	4,4	1,0	-	-	4,4	1,0	4,4	1,0
SUDESTE	<u>24,7</u>	<u>11,3</u>	<u>10,3</u>	<u>7,5</u>	<u>15,2</u>	<u>15,2</u>	<u>50,2</u>	<u>34,0</u>
Espírito Santo..	2,5	2,0	-	-	-	-	2,5	2,0
Rio de Janeiro..	-	-	-	-	6,0	6,0	6,0	6,0
Guanabara	9,2	2,3	2,0	1,5	1,2	1,2	12,4	5,0
São Paulo	13,0	7,0	8,3	6,0	8,0	8,0	29,3	21,0
SUL	<u>5,9</u>	<u>2,7</u>	<u>3,0</u>	<u>2,3</u>	<u>1,8</u>	<u>1,8</u>	<u>10,7</u>	<u>6,8</u>
Paraná	1,2	1,2	-	-	1,8	1,8	3,0	3,0
R.Grande do Sul.	4,7	1,5	3,0	2,3	-	-	7,7	3,8

NO APPR.

QURE

OPINION

ANEXO XVII

PREVISÃO DO NÚMERO DE TEARES INSTALADOS NA INDÚSTRIA TÊXTIL
DE JUTA/MALVA, SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO, TIPOS E IDADE - 1968

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	NÚMERO PREVISTO DE TEARES INSTALADOS					
	COM LANÇADEIRA			SEM LANÇADEIRA		
	Até 1940	Entre 1940/60	Após 1960	Até 1940	Entre 1940/60	Após 1960
BRASIL	2.190	490	112	-	24	806
NORTE	357	120	112	-	-	400
Amazonas	130	120	12	-	-	120
Pará	227	-	100	-	-	280
NORDESTE	603	-	-	-	24	66
Maranhão	120	-	-	-	-	-
Pernambuco	307	-	-	-	24	66
Bahia	176	-	-	-	-	-
SUDESTE	994	272	-	-	-	304
Espírito Santo	100	-	-	-	-	-
Rio de Janeiro	-	-	-	-	-	120
Guanabara	370	40	-	-	-	24
São Paulo	524	232	-	-	-	160
SUL	236	98	-	-	-	36
Paraná	54	-	-	-	-	36
R.Grande do Sul ...	182	98	-	-	-	-

~~4125~~ 4126

1950 - 1951

ANNUAL REPORT OF GOVERNOR OF THE

STATE - GOVERNOR'S COUNCIL AND ATTORNEY GENERAL

FOR THE YEAR 1951

TO THE LEGISLATURE

OF THE STATE OF CALIFORNIA

AT SACRAMENTO, CALIFORNIA

ON JUNE TWENTY-THREE, ONE THOUSAND NINE HUNDRED FIFTY-ONE.

JOHN G. GALLAGHER, GOVERNOR

WILLIAM D. COOPER, ATTORNEY GENERAL

CHARLES E. COOPER, SECRETARY

JOHN R. COOPER, CHIEF OF STAFF

ANEXO XVIII

PREVISÃO DO NÚMERO DE TEARES INSTALADOS NA INDÚSTRIA TÊXTIL
DE JUTA/MALVA, SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO, TIPOS E IDADE - 1969

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	NÚMERO PREVISTO DE TEARES INSTALADOS					
	COM LANÇADEIRA			SEM LANÇADEIRA		
	Até 1940	Entre 1940/60	Após 1960	Até 1940	Entre 1940/60	Após 1960
BRASIL	2.190	490	112	-	24	916
NORTE	357	120	112	-	-	510
Amazonas	130	120	12	-	-	230
Pará	227	-	100	-	-	280
NORDESTE	603	-	-	-	24	66
Maranhão	120	-	-	-	-	-
Pernambuco	307	-	-	-	24	66
Bahia	176	-	-	-	-	-
SUDESTE	994	272	-	-	-	304
Espírito Santo	100	-	-	-	-	-
Rio de Janeiro	-	-	-	-	-	120
Guanabara	370	40	-	-	-	24
São Paulo	524	232	-	-	-	160
SUL	236	98	-	-	-	36
Paraná	54	-	-	-	-	36
Rio Grande do Sul..	182	98	-	-	-	-

CHURCH OF CHRIST IN CHINA

... 1. 1970 1971 1972

10. The following table gives the number of hours worked by each of the 1000 workers.

ANEXO XIX

CONSUMO APARENTE NACIONAL DE JUTA E MALVA EM BRUTO
1942/1967

ANOS	J U T A E M B R U T O				PRODUÇÃO DE GUAXI- MA e MALVA	CONSUMO APA- RENTE DE JU- TA, GUAXIMA e MALVA EM BRUTO
	PRODUÇÃO	IMPOR- TAÇÃO	EXPOR- TAÇÃO	CONSUMO APARENTE		
1942	3.204	8.704	-	11.908	3.325	15.233
1943	5.221	8.275	-	13.496	7.098	20.594
1944	6.357	16.207	-	22.564	5.917	28.481
1945	6.598	12.958	-	19.556	5.075	24.631
1946	8.124	12.958	-	21.082	3.257	24.339
1947	6.317	10.457	-	16.774	4.071	20.845
1948	9.370	27.760	-	37.130	3.428	40.558
1949	13.110	9.641	-	22.751	5.218	27.969
1950	14.054	5.347	-	19.401	6.194	25.595
1951	22.322	10.955	-	33.277	12.419	45.696
1952	14.840	16.530	-	31.370	13.133	44.503
1953	20.821	-	-	20.821	17.874	38.695
1954	23.322	-	-	23.322	15.737	39.059
1955	24.466	-	65	24.401	19.473	43.874
1956	31.665	-	-	31.665	19.852	51.517
1957	32.929	-	-	32.929	19.164	52.093
1958	31.240	-	345	30.895	17.340	48.235
1959	32.284	-	12	32.272	14.541	46.813
1960	38.891	-	170	38.721	11.585	50.306
1961	48.219	-	180	42.039	13.130	55.169
1962	47.477	-	43	47.434	13.152	60.586
1963	44.122	-	554	43.568	13.144	56.712
1964	51.235	-	545	50.690	12.692	63.382
1965	61.585	-	442	61.143	15.701	76.844
1966	44.457	-	1.518	42.939	17.201	60.140
1967*)	56.000	-	480	55.520	17.000	72.520

Fontes: SEP e SEEF

*) Dados preliminares.

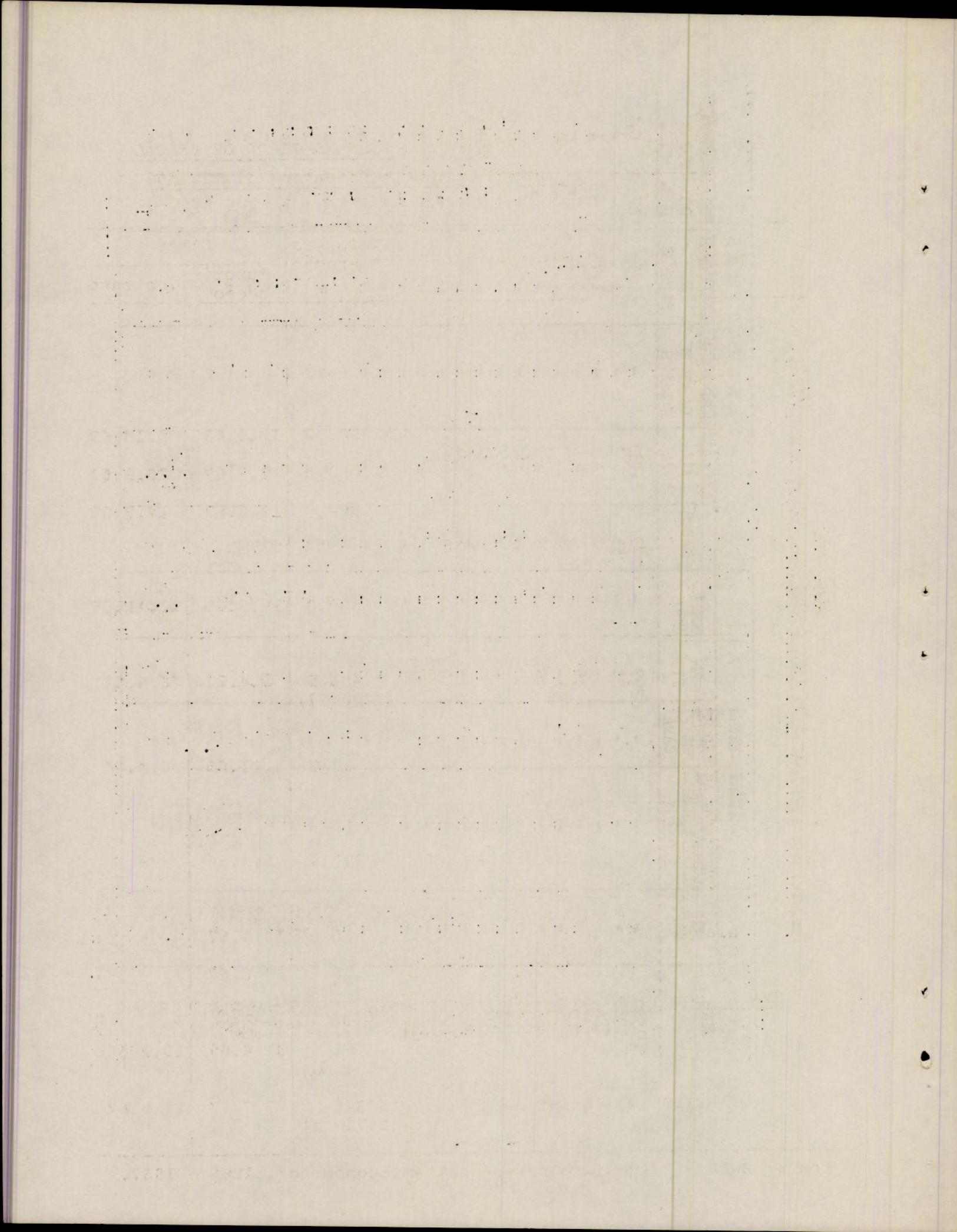
Q. 105.

ANEXO XX

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE JUTA E SUAS MANUFATURAS - 29/2/1967 (toneladas)

ANOS	MATERIA-PRIMA BRUTO	PASTELADA, AS SEDADA, BENE- FICIADA	MAIS PECIFI- CADA	EM FTO- GADA	RESI- DUOS	SACOS	AMIGAÇ E CORDOALHA, CABOS E CORDEIROS	CORDOALHA, CABOS E CORDEIROS	ALGATIFAS E TAPETES	TECI- DOS N.E.	MANUFA- TURAS N.E.	
1942	-	-	-	-	399	-	273	1.033	-	0,5	17	0,2
1943	-	-	-	-	24	-	53	1	-	1,7	-	4
1944	-	-	-	-	35	-	2	-	0,3	-	-	29
1945	-	-	-	-	0,2	-	0,3	-	-	-	-	-
1946	-	-	-	-	1	-	8	-	-	-	-	-
1947	-	-	-	-	1	-	5	-	-	-	-	-
1948	-	-	-	-	0	-	3	-	-	-	-	-
1949	-	-	-	-	10	-	-	-	-	-	-	-
1950	-	-	-	-	52	-	-	-	-	-	-	-
1951	-	-	-	-	10	-	-	-	-	-	-	-
1952	-	-	-	-	52	-	-	-	-	-	-	-
1953	-	-	-	-	10	-	-	-	-	-	-	-
1954	-	-	-	-	65	-	-	-	-	-	-	-
1955	-	-	-	-	345	-	38	-	-	-	-	-
1956	-	-	-	-	12	-	31	-	-	-	-	-
1957	-	-	-	-	170	-	59	1	-	5	-	-
1958	-	-	-	-	180	-	96	12	-	68	-	-
1959	-	-	-	-	43	-	45	6	-	133	-	-
1960	-	-	-	-	554	-	577	9	-	152	-	-
1961	-	-	-	-	545	-	1.517	66	-	11	-	-
1962	-	-	-	-	442	-	3.971	-	-	6	-	-
1963	-	-	-	-	1.518	-	2.050	-	-	2.111	-	-
1964	-	-	-	-	430	-	2.755	-	-	55	-	-
1965	-	-	-	-	1.430	-	5.609	-	-	2.111	-	-
1966	-	-	-	-	1.430	-	2.93	-	-	55	-	-
1967	-	-	-	-	1.430	-	911	-	-	6.671	-	-

Fonte: M.F. - SEEF



ANEXO XXI

BNDE: OPERAÇÕES DE CRÉDITO APROVADAS NO SETOR DE FIACÃO
E TECELAGEM DE JUTA/MALVA - Situação 31.12.1967

MODALIDADES E BENEFICIÁRIOS	Valor da Operação	DATAS	
		Autorização	Contrato
A - OPERAÇÕES EM MOEDA NACIONAL (NCr\$1.000):			
1. Fundo do Reapar.Econômico			
-Cia.Brasileira de Fiação e Tecelagem de Juta-BRASILJUTA(Manaus - AM)	280,0	19.6.63	8.10.63
-Cia.Fábril de Juta Parintins-FABRILJUTA (Parintins, AM)....	1.020,0	7.7.67	28.9.67
-Fábrica de Tecidos Matinha S. A. (Manaus, AM)	900,0	12.6.67	14.7.67
2. Acordos de Empréstimos AID/ /BNDE (50)			
-Cia.Amazônia Têxtil de Aniagem - CATA (Belém, PA)	800,0	10.9.65	12.11.65
3. FIPEME			
-Cia.de Aniagem Caçapava (Caçapava,SP)	1.499,5 (£200mil)	0.4.67	26.5.67
4. FINEP			
-Ind.Goiana de Sacaria Daimon S.A. (Belém, PA)	12,2	4.11.65	4.4.66
5. Operações de Repasse COPEG - Créd.e Financiamento S.A.			
-Fábrica S.Luiz Durão S.A. (GB)	273,7	29.9.66	-
<u>Banco do Est.do Amazonas S.A.</u>			
-Fiação e Tecel.de Juta Amazônia-FITESUL (Manaus, AM)	66,5	18.8.67	-
-Cia.de Aniagem de Caçapava (Manaus,AM)	50,0	17.8.67	-
B - AVAIS (equiv.em US\$ 1.000)			
-Cia.de Fiação e Tecidos de Cáñamo (São Luiz, MA)	261 (£93.2 mil)	31.8.65	18.2.66
-Cia.Fábril de Juta Parintins-FABRILJUTA (Parintins,AM)....	1.328 (£474mil)	7.7.67	28.9.67

Fonte: BNDE - "Exposição s/Reaparelham.Econômico", 1966 e 1967.

